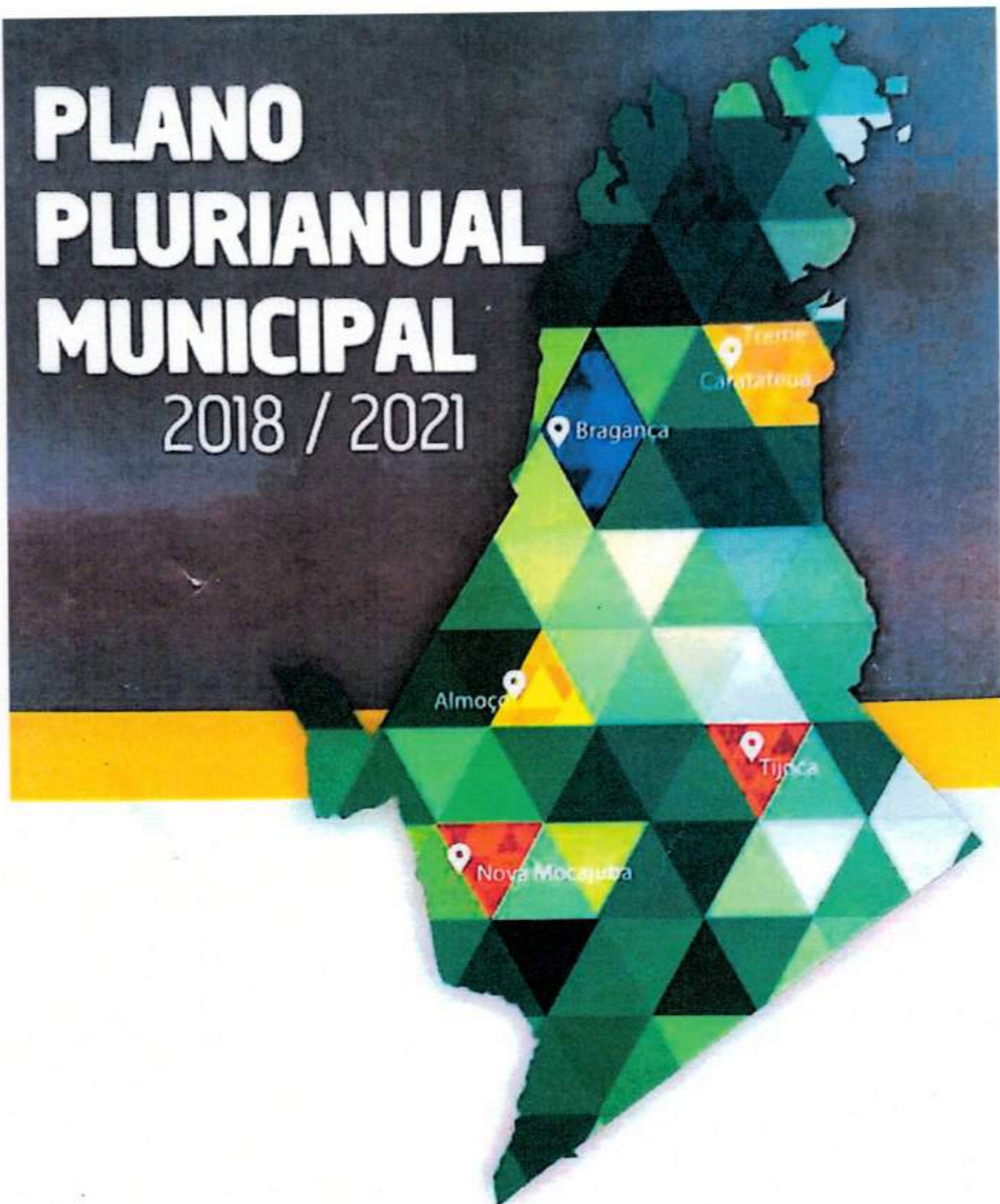


PLANO PLURIANUAL MUNICIPAL 2018 / 2021



Planejando o futuro de Bragança!

SECRETARIA MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL



EQUIPE

Raimundo Nonato de Oliveira

Prefeito Municipal de Bragança

Mário Ribeiro da Silva Júnior

Vice-Prefeito

Alcides Rufino de Oliveira Neto

Secretário Municipal de Administração e Defesa Social - SEMADS

Pedro Aleno Miranda da Silva

Secretário Municipal de Agricultura - SEMAGRI

Fabírcia Maia Guimarães Pereira

Secretária Municipal de Cultura e Desportos – SECULD

Secretária Municipal de Turismo - SETUR

Eloy de Sousa Araújo

Secretário Municipal de Economia e Pesca - SEMEP

Luís Augusto Santa Brígida Soares

Secretário Municipal de Educação - SEMED

Tatiana Ferreira Rodrigues

Secretária Municipal de Finanças – SEFIN

Tiago Santos Costa

Secretário Executivo de Gabinete do Prefeito – SEGAB

Carlos Augusto Dias Lobo

Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural – SINFRA

Lauro Silva Cordeiro

Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMMA

Marcelly Regina de Oliveira Castanho

Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN

Mário Ribeiro da Silva Junior

Secretário Municipal de Saúde – SEMUSB

Eliena Caroline Ramalho Dias

Secretária Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMTRAPS

Ubiranilson Santos de Oliveira

Coordenador da Defesa Civil do Município de Bragança

Paulo Sérgio Soares Rodrigues

Diretor do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN

Gilcele Melo Rodrigues

Comandante da Guarda Civil do Município de Bragança

Amarildo da Silva Leite

Procurador Geral do Município de Bragança





Sumário

LEI Nº 4.578/2017, de 21 de Dezembro de 2017	6
<i>ANEXO I – APRESENTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA 2018-2021</i>	10
I - Conceitos Fundamentais, Base Legal e Ciclo de Gestão Pública do PPA.....	10
II. Metodologia de Elaboração do PPA.....	13
III - Diagnóstico Socioeconômico do Município de Bragança.....	17
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	17
3.2 ASPECTOS TERRITORIAIS.....	18
3.3 ASPECTOS CULTURAIS.....	21
3.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS.....	22
3.5 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	36
3.6 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	42
3.7 ASPECTOS FINANCEIROS.....	43
3.8 BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE	45
IV- Audiências Públicas do PPA 2018 - 2021.....	48
<i>ANEXO II - PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA 2018-2021</i>	61
<i>ANEXO III - MATRIZ DE FINANCIAMENTO</i>	111



LEI Nº 4.578/2017

**DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL –
PPA, PARA O PERÍODO DE 2018/2021 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 72, incisos I, II, III, IV, VIII, XIII, XLI, XLII e XLV, da Lei Orgânica do Município de Bragança, submete à apreciação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de Bragança.

Art. 2º O PPA 2018-2021 terá como Dimensão Estratégica:

- I – Desenvolvimento Social;
- II – Desenvolvimento Econômico;
- III – Sustentabilidade Ambiental;
- IV – Desenvolvimento Institucional.

Art. 3º O Plano Plurianual é estruturado por Programas Temáticos, de Gestão e Manutenção do Poder Executivo e Programa de Gestão do Poder Legislativo.

Art. 4º Os Programas a que se refere o art. 2º desta Lei constituem o elemento de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas que serão fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e as ações a serem estabelecidas nos Orçamentos Anuais correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.



§ 1º Integram o Plano Plurianual:

- a) Anexo I: Apresentação do PPA 2018/2021, contendo metodologia utilizada para sua elaboração e definição das dimensões estratégicas;
- b) Anexo II: Programas Temáticos e de Gestão, com objetivos, metas, ações e Programa de Manutenção dos Poderes;
- c) Anexo III – Matriz de Financiamento do Plano;

§ 2º As Leis Orçamentárias Anuais e seus créditos adicionais obedecerão rigorosamente aos títulos dos Programas constantes neste Plano ou aos das Leis que o modifiquem.

§ 3º Para efeito das disposições do PPA 2018-2021 considera-se como atributo dos Programas:

I – Objetivo: Resultado que a Administração Pública Municipal deseja alcançar nas áreas de atuação;

II – Meta: Quantificação do objetivo, podendo ser expressa qualitativamente ou quantitativamente;

III – Ações: atributo que declara a entrega de bens e serviços à Sociedade; e

IV – Indicador: Medida de referência que permite identificar e aferir periodicamente o alcance de resultado dos Programas, auxiliando o monitoramento e avaliação.

Art. 5º As Ações referidas no inciso III do §3º do artigo anterior, terão seus desdobramentos em Projetos e Atividades na Lei Orçamentária Anual, em cada período do Plano, definindo o detalhamento da aplicação dos recursos financeiros.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Art. 6º A gestão do Plano Plurianual 2018-2021 observará os princípios de eficiência, eficácia, efetividade, publicidade e moralidade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas Temáticos.



Art. 7º O Poder Executivo manterá sistema de gestão para monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e dos Programas.

Parágrafo Único. O Poder Legislativo poderá estabelecer sistemática de apoio e gestão ao Plano, no âmbito de suas competências.

Art. 8º Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), coordenar o processo de gestão do Plano.

Seção II

Das Revisões e Alterações

Art. 9º A alteração ou a inclusão nos Programas constantes nesta Lei, se necessárias, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de Projetos de Lei;

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária encaminhado anualmente à Câmara, já incorporará os efeitos da revisão ou alteração do Plano Plurianual.

§ 2º A adequação das metas físicas e financeiras estabelecidas neste Plano, desde que não implique em recursos adicionais ao Programa, poderão ser autorizadas por meio de Decreto do Poder Executivo.

Seção III

Do Monitoramento e da Avaliação

Art. 10. O Plano Plurianual 2018-2021 será monitorado e avaliado pelos Órgãos e Entidades da Administração Municipal sob a coordenação da SEPLAN, à qual compete definir diretrizes e orientações técnicas para sua execução.

§ 1º O Monitoramento é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, orientado para o alcance das metas prioritárias da Administração Pública Municipal.

§ 2º A avaliação consiste na análise das Políticas Públicas e dos Programas e será consolidada pela SEPLAN em Relatório Anual de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2018-2021, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.



Art. 11. Os Órgãos e Entidades responsáveis pelo gerenciamento dos Programas e suas iniciativas e metas manterão atualizadas as informações referentes à execução física e financeira dos mesmos.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. O valor global consignado no PPA 2018-2021 é uma estimativa dos recursos orçamentários, estando, portanto, sujeito à capacidade orçamentária e financeira do município, em cada período.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bragança, Estado do Pará, em 21 de Dezembro de
2017.



RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Bragança

O presente instrumento foi publicado nesta data, no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Bragança e demais órgãos municipais, pela Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social, de acordo com o art. 72, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município.



ANEXO I
**APRESENTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE
BRAGANÇA 2018-2021**

I - Conceitos Fundamentais, Base Legal e Ciclo de Gestão Pública do PPA

Com objetivo de regulamentar o processo de planejamento público brasileiro, a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 165 estabeleceu um conjunto de normas, introduzindo os seguintes instrumentos legais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – **Figura 1**.

O PPA é um Plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos, consistindo na principal ferramenta para a implementação do planejamento nas atividades governamentais. Estabelece a ligação entre as diretrizes estratégicas de governo, definidas em uma perspectiva de planejamento de longo prazo e as setoriais de governo de médio prazo e os gastos previstos nos orçamentos anuais.

A Lei Orgânica do município de Bragança¹ em seu Artigo 121 estabelece ao Poder Executivo, a obrigatoriedade da elaboração do PPA do município, assim como os demais instrumentos de planejamento.

“§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorializada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (Artigo 121)

No cumprimento desta missão, o processo de elaboração do PPA 2018-2021 do Município de Bragança, foi coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) com o apoio das demais Secretarias Setoriais, balizado ainda por uma ampla escuta popular, envolvendo 09 (nove) audiências públicas, no sentido de tornar o Plano um instrumento mais efetivo de integração entre Governo e Sociedade.

¹ Revisada em 29 de agosto de 2014.

O PPA elaborado é composto de uma mensagem à Câmara Municipal, um Projeto de Lei, uma apresentação das diretrizes que norteiam o Plano, seus programas e a matriz de financiamento deste para o período.

Vale ressaltar que de acordo com o art. 167, inciso I da Constituição Federal, é vedado o início de quaisquer Programas e ações que não constem no Plano Plurianual, ou seja, todas as ações que integram a LOA devem estar presentes previamente no PPA, conforme determina o art.165, §7º, da Constituição Federal, de modo a inserir as dotações orçamentárias em uma perspectiva de planejamento de curto e médio prazo, compatibilizando os dois instrumentos (SEPLAN, 2015).

O PPA deve ser encaminhado à Câmara Municipal até o dia 31 de agosto do primeiro ano de Governo, iniciando a implementação no segundo ano. A vigência finda no primeiro ano da gestão governamental subsequente como forma de garantir a continuidade administrativa dos Programas.

1.1 Base legal:

- Constituição Federal, Artigo 165;
- Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, (ANEXO II);
- Lei Federal nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal); e
- Lei Orgânica Municipal.

Figura 1 - Instrumentos Legais de Planejamento



Outra importante referência é a Lei de Responsabilidade Fiscal que exige a compatibilidade da execução das ações governamentais com os instrumentos de planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. De modo operacional, esses instrumentos são elaborados segundo uma sequência que parte do nível mais estratégico até o detalhamento da ação pública. A partir das estratégias definidas no PPA, a LDO

estabelece anualmente as prioridades e metas da administração e a estrutura e organização do orçamento anual, o qual será expresso na LOA com a estimativa das receitas e fixação das despesas de cada ano, com exceção do ano de elaboração do PPA, em virtude dos diferentes prazos constitucionais de entrega da LOA (SEPLAN, 2015).

1.2 Ciclo de Gestão Pública

É importante destacar que o PPA não é uma peça estática. Durante o período de sua execução ele possui um ciclo de gestão extremamente necessário para que sua materialização seja possível.

As etapas do modelo de gestão do Plano a serem seguidas, visam estabelecer um elo entre planejamento e execução conforme apresentado na **Figura 2**, com foco no resultado da ação governamental, de modo que após a definição das estratégias, parte-se para a materialização via planejamento, expresso em programas (fase de elaboração do PPA), que durante sua execução (das estratégias definidas) necessita de monitoramento (acompanhar a execução das ações com intervenções de correções de rumo sempre que necessário), avaliação (observação do cumprimento de metas) e quando necessária revisão (possibilidade de alteração do PPA objetivando o alcance dos resultados previstos junto à população).

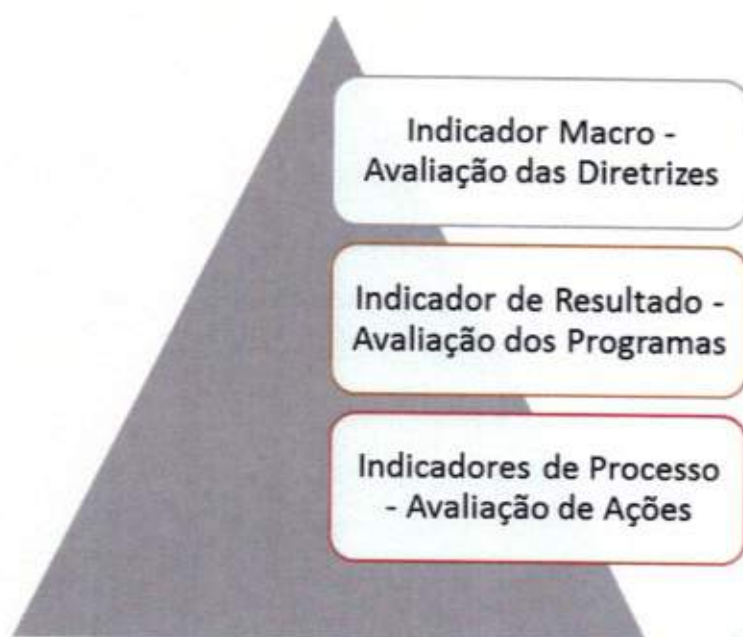
Figura 2 – Ciclo da Gestão Pública



1.3 Modelo de Avaliação do Plano

Considerando o modelo adotado: Gestão por resultados, a avaliação dos alcances na execução das políticas públicas expressas no PPA do município de Bragança 2018-2021, serão mensurados por meio de indicadores selecionados de acordo a dimensão do planejamento e os programas propostos: Macro, Resultados ou Processo (**Figura 3**).

Figura 3 - Pirâmide de Indicadores



Para os indicadores macros, sugere-se o acompanhamento do nível de sustentabilidade do município de Bragança através do Barômetro da Sustentabilidade elaborado pela FAPESPA e utilizado como referência no Projeto Bragança 2030, sempre alinhando com as dimensões estratégicas deste PPA, dependendo do desempenho das diversas ações setoriais aqui programadas. Os indicadores de resultados, que denotando uma avaliação mais setorial e programática, foram selecionados com base no diagnóstico ora utilizado e nos parâmetros de avaliações usados nos documentos de referências deste PPA: Plano de Governo do Prefeito, Plano Diretor Municipal, Projeto Bragança 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, etc. Por fim, os indicadores de processo visam uma melhor avaliação da execução de projetos e atividades, se aproximando mais das ações e suas metas físicas e financeiras.

II. Metodologia de Elaboração do PPA



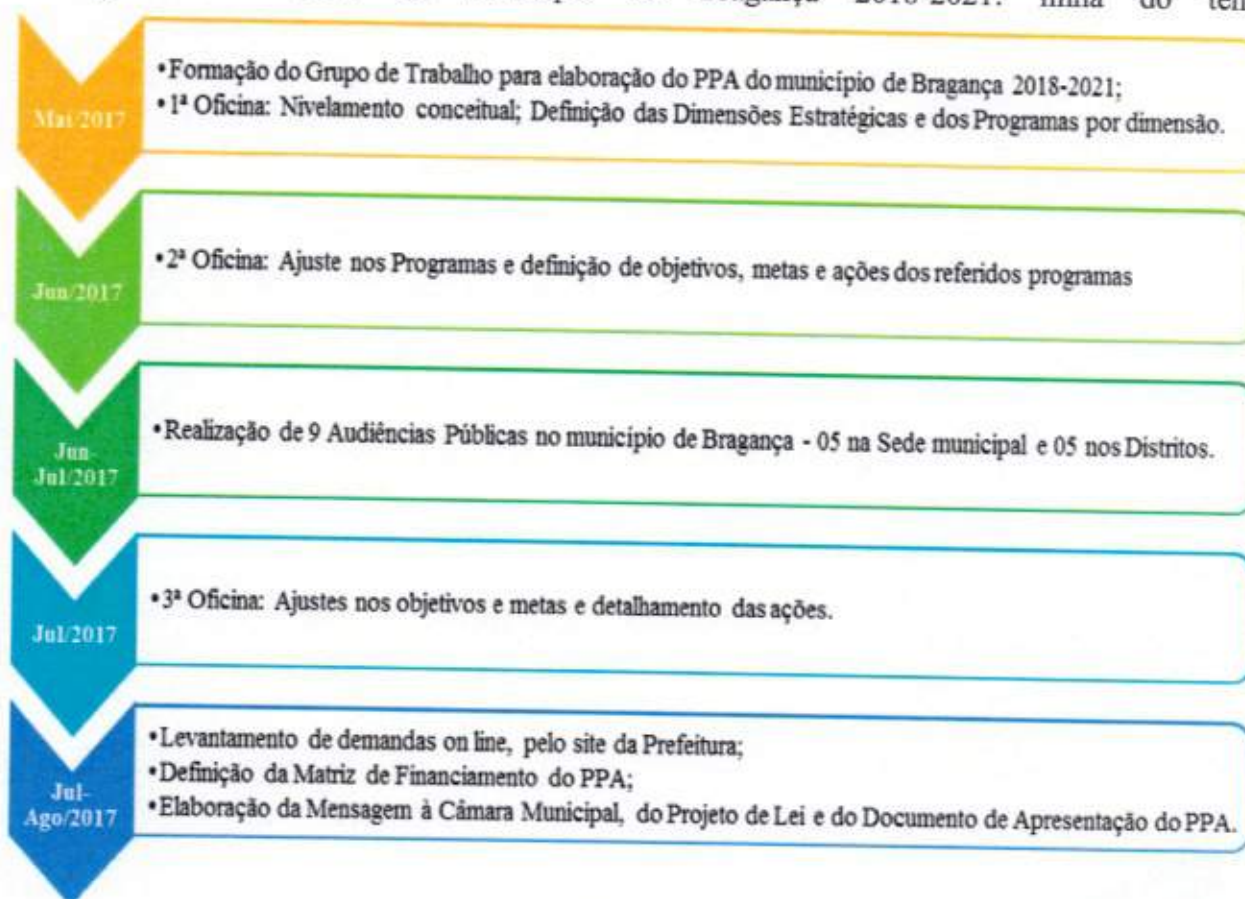
A metodologia utilizada na elaboração do PPA do município de Bragança 2018-2021 teve como principal referência o modelo de PPA do Governo Estadual, modelo de Gestão por resultados, com algumas exceções em virtude de adaptações da realidade municipal e a disponibilidade de informações para esse recorte territorial.

Considerando o modelo seguido, utilizou-se das orientações contidas no documento “Manual de Elaboração do PPA 2016-2019” do Governo Estadual, do qual se extraíram alguns conceitos.

A principal exceção metodológica foi a desagregação regional, que não foi possível realizar no PPA 2018-2021 de Bragança. Entretanto, o levantamento de demandas via audiências públicas e consultas organizacionais, ocorreram em todo o território bragantino, buscando levantar as principais prioridades da população em diferentes localidades do município.

Nesse sentido, a elaboração do PPA do município de Bragança 2018-2021 iniciou com a formação de um Grupo de Trabalho, composto por representantes de cada Órgão do Governo Municipal (Secretários e representantes), e a partir de então foram realizadas três oficinas com esse grupo sob a coordenação da SEPLAN, nas quais foram definidas as dimensões estratégicas e os programas com seus objetivos, metas e ações para este PPA. Também foram realizadas 09 audiências públicas: 04 na Sede e 05 nos demais Distritos. E por fim a elaboração da Mensagem à Câmara, do Projeto de Lei e a Apresentação do PPA (**Figura 4**)

Figura 4 – PPA do município de Bragança 2018-2021: linha do tempo

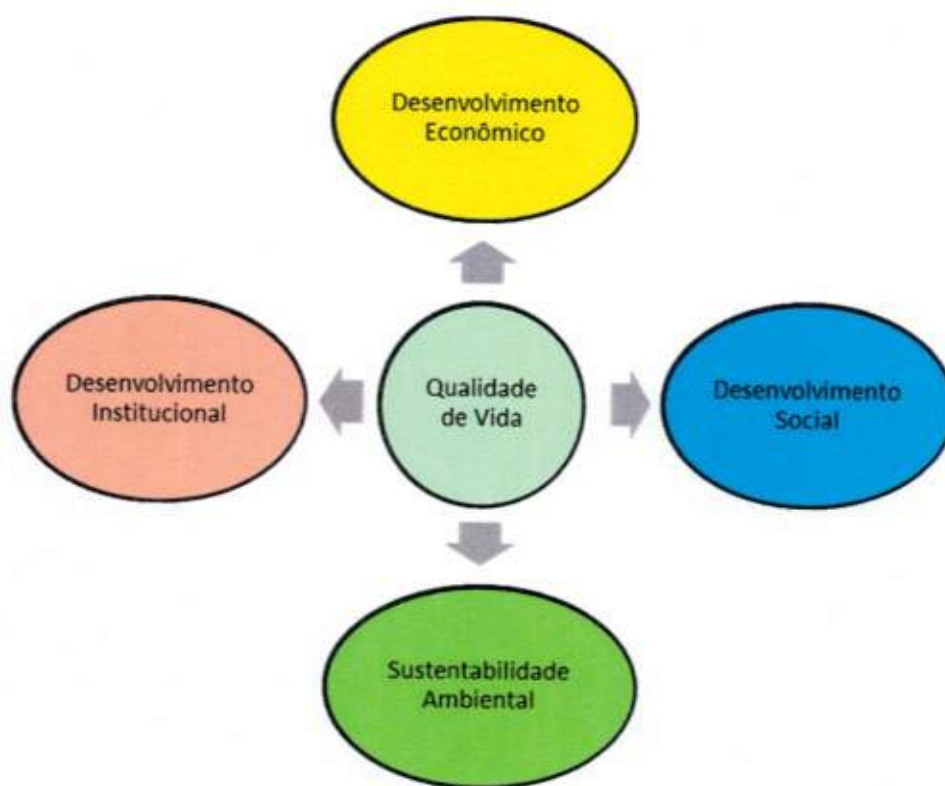


Na metodologia, foi estabelecido e reforçado que cada órgão da administração é responsável pelo planejamento de seus programas, objetivos, metas (físicas e financeiras) e ações. A SEPLAN teve por atribuição orientar sobre a forma de escrever os mesmos, através das oficinas e reuniões individualizadas com os representantes de cada órgão, os ajustes dos programas e a reunião de todos em um único documento.

2.1 Definição das Dimensões Estratégicas

A atual gestão definiu como seu maior compromisso “melhorar a qualidade de vida da população bragantina”, quer seja como indutor ou quando necessário com atuação direta, na execução de políticas públicas que busquem desenvolvimento econômico, social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento institucional na prestação dos serviços públicos municipais, acreditando ser o melhor caminho para o alcance de seu compromisso maior (**Figura 5**).

Figura 5 - Dimensões estratégicas do PPA do município de Bragança 2018-2021



- ***Desenvolvimento Social***

É o fenômeno no qual uma sociedade adquire melhores condições de vida de maneira sustentável, relacionando-se com o desenvolvimento econômico na medida em que uma melhor situação de vida pode ser oferecida à população através de melhores acessos à renda e aos bens e serviços, mas garantindo, sobretudo, um ambiente de paz, igualdade, oportunidades, etc. E nesse sentido, essa dimensão no Plano engloba ações nas áreas de saúde, educação, promoção social, emprego, segurança e cultura.

- ***Desenvolvimento Econômico***

É o fenômeno que se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico (Bresser Pereira, 2006). Assim sendo, essa dimensão visa apoiar e incentivar o aumento da produtividade da economia bragantina, concomitantemente com o aumento da renda da população, apoiado sempre que possível no melhoramento tecnológico e de infraestrutura. Essa dimensão no Plano engloba ações nas áreas de Pesca e Aquicultura, Turismo, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, e Infraestrutura.



- ***Sustentabilidade Ambiental***

Esse fenômeno se define principalmente pela ação e pela constante busca entre desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo preservação do ecossistema. Os pontos elementares da sustentabilidade visam à própria sobrevivência no Planeta Terra, tanto no presente quanto no futuro. Essa dimensão no Plano engloba ações nas áreas de meio ambiente, educação, defesa civil, saúde e infraestrutura.

- ***Desenvolvimento Institucional***

Estabelece a integração dos vários atores da gestão municipal como processo de melhoramento da elaboração e execução das políticas públicas. A compreensão de que um dos maiores desafios do setor público brasileiro é de natureza gerencial faz com que cada vez mais se busque a eficiência, a eficácia e a efetividade na gestão focando em resultados orientados para os cidadãos, guiando as organizações públicas em busca de transformação gerencial e integração de ações. Essa dimensão no Plano engloba as ações nas áreas de administração, planejamento, finanças, gabinete do Prefeito, procuradoria jurídica e comunicação governamental.

III - Diagnóstico Socioeconômico do Município de Bragança

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS²

O município de Bragança tem sua origem ligada à história da conquista da Amazônia, durante o Período Colonial. Os franceses foram os primeiros a chegar, por volta de 1613, após a conquista do Maranhão e com o intuito de aumentar seus domínios na região, mandavam seus homens adentrarem o território amazônico.

Mais tarde, em 1622, já sob domínio espanhol, o rei Felipe II doou a Capitania do Gurupi a Gaspar de Souza, na qual se encontrava o território onde hoje é Bragança, passando naquele momento a ser de propriedade do reinado português. A partir de então houve um interesse das autoridades brasileiras em ocupar a região e em 1634 foi fundado o povoado Souza de Caeté, à margem direita do rio Caeté, posteriormente transferido para a margem esquerda.

Em 1753, o povoado virou Freguesia e passou a ser chamado de Nossa Senhora do Rosário e, posteriormente, em vila com o topônimo de Bragança. O status de município ocorreu a partir da instalação da primeira Câmara Municipal de Bragança em 1760, processo que fortaleceu sua

² O texto elaborado nessa seção faz parte do relatório Estatística Municipal 2017, produzido pela FAPESPA.



autonomia política e consolidou o município como importante território para o governo do então Grão-Pará. A relevância de Bragança para o processo de construção política da província foi revelada com a independência do Brasil, na qual o município bragantino ratificou sua adesão após Belém ceder ao reinado brasileiro em 1823.

Em 1854, foi promulgada a Lei Provincial nº 25, que criou a cidade de Bragança como sede do respectivo município. Essa nova posição foi favorecida com o início da construção da estrada de ferro Belém-Bragança, finalizada em 1908, acontecimento que destacou o município como importante entreposto comercial para o estado.

Após esses acontecimentos Bragança ainda viria a passar por muitas transformações no seu território e no seu quadro político-administrativo. Atualmente o município de Bragança é integrado pelos distritos de Bragança (sede), Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Treme e Tijoca.

Ainda nos dias atuais Bragança se revela como uma das cidades paraenses de grande relevância para a economia do estado, seja pela relação de fluxo de pessoas, serviços e produtos, seja pela polarização regional de atração de novos investimentos e oportunidades de negócios, sobretudo com os municípios próximos e com a capital Belém.

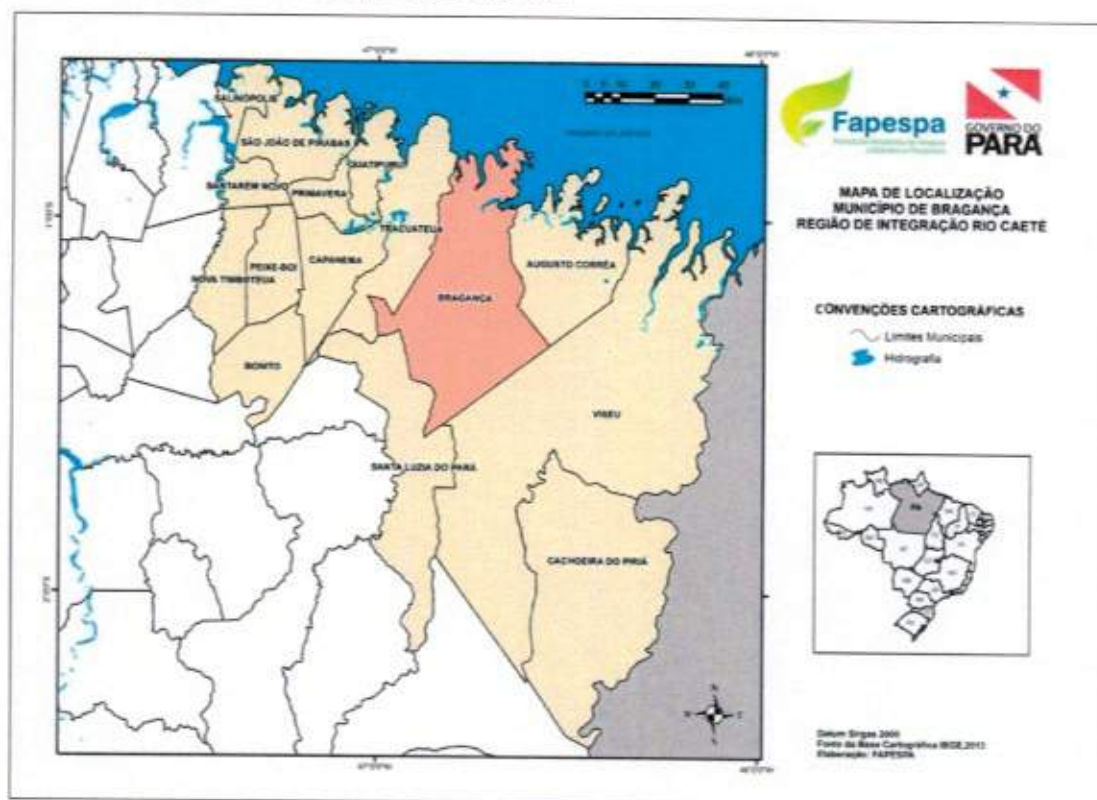
3.2 ASPECTOS TERRITORIAIS³

O município de Bragança está localizado na parte oriental do estado do Pará, pertencendo à mesorregião Nordeste Paraense e microrregião do Salgado. Na divisão regional administrativa do estado, pertence à Região de Integração Rio Caeté, tendo como municípios limítrofes: Augusto Corrêa, Tracuateua, Viseu e Santa Luzia do Pará.

Sua posição espacial é determinada pelas coordenadas geográficas 01° 03' 13" de latitude sul e 46° 45' 56" de longitude oeste, encontrando-se a uma altitude de 19 metros acima do nível do mar. Este posicionamento permite que o município tenha o mesmo fuso horário de Belém, capital do estado do Pará; e de Brasília, capital federal, portanto, regulado pela hora oficial do país.

Às proximidades da costa paraense, Bragança possui características de município pesqueiro, uma vez que é cortado pelo rio Caeté, importante flúmen da região que permite a navegação de pequenas embarcações, marcada, sobretudo, pela atividade de pesca. Acrescentam-se ainda as áreas de mangues, que tipificam parte do interior do município como grande produtora de caranguejos.

³ Foram realizadas pesquisas na Estatística Municipal de Bragança, divulgada pela FAPEPSPA e no Inventário do município coletado junto ao site da SETUR e elaborado conjuntamente com a Prefeitura Municipal de Bragança em 2012.

**Mapa 1 – Localização do município de Bragança**

Fonte: FAPESPA, 2017.

O acesso ao município pode ser feito pela BR-308, rodovia Transoceânica, que tem seu ponto de interseção na cidade de Capanema pela BR-316, rodovia que liga a capital paraense, Belém, aos municípios do nordeste do estado. Outra importante via de acesso é a PA-112, que liga Bragança ao município de Santa Luzia do Pará, rodovia que também possui conexão com a BR-316.

Bragança também dispõe de um aeródromo, dimensionado para aviões de médio porte. O tempo de voo Belém-Bragança fica estimado entre 39 min e 57 min, aproximadamente. Atualmente não existe nenhuma empresa operando com voos regulares no trecho, sendo utilizado apenas o sistema de frete (SETUR/PMB, 2013)

Quanto às condições climáticas a região na qual se encontra o município é caracterizada por um clima tropical quente e úmido do tipo Am2 (segundo adaptação da classificação de Köppen), com estação seca prolongando-se de junho a novembro e um período chuvoso, bem acentuado, nos demais períodos do ano (dezembro a maio).

Predominam na região três principais tipos de vegetação, que são: Floresta Equatorial, Coberturas vegetais dos mangues e das praias e os campos naturais, que ocorrem em toda a



orla atlântica. As áreas de vegetação nativa representam, na região, cerca de 763 km², o qual representa 32,55% da área municipal.

No que diz respeito ao solo, o município dispõe de diversos tipos: *latossolo amarelo* (predominante), *podzolhidromórfico*, *concreção laterítica* e *gleisalino*. Os três primeiros ocupam aproximadamente 85% do território municipal. Ultimamente, o *latossolo amarelo* vem apresentando baixa potencialidade para as culturas anuais, devido, principalmente, à prática da agricultura itinerante (corte e queimada). Entretanto, apresenta uma média potencialidade para as culturas perenes como: pimenta-do-reino, mamão, coco da baía e frutas regionais (bacuri, cupuaçu, etc.). O *solo gleisalino*, apresenta baixa produtividade para culturas perenes e médias para culturas anuais, está quase inexplorado. Contudo, é apropriado para o cultivo de arroz de várzea, mas, por falta de incentivos, não apresenta expansão satisfatória. Atualmente, o solo do município está coberto por agriculturas temporárias e permanentes, pastagens artificiais, campos naturais, capoeiras, florestas de manguezais e várzeas (SETUR/PMB, 2013).

A hidrografia é representada por uma área considerável no espaço municipal, pois corresponde a 105,50 Km², cerca de 4,50% do município. Possui um grande significado econômico, pois, além de serem vias naturais de acesso às vilas e povoados, possuem um grande potencial pesqueiro e turístico.

O município de Bragança é banhado pelos rios Caeté (principal), Chaú, Cipó-Apara, Jejuí, Jenipau-Açu, Jenipau-Mirim e Chumucuí, que podem desaguar nos campos naturais, no rio Caeté ou no Oceano Atlântico.

Os principais lagos estão localizados nas áreas litorâneas, principalmente, nos manguezais e nos campos naturais, destacando-se da paisagem regional, pela sua beleza natural e por apresentarem boas condições de pesca turística. O rio Caeté, sofre influência do movimento das marés. Seu desaguadouro apresenta uma sinuosidade e com pequenos trechos com pouca profundidade. Possui no território bragantino, um trecho de aproximadamente 60 km navegáveis por embarcações de porte médio, de até 200 toneladas. À margem esquerda, numa planície de pequeno declive, está situada a cidade de Bragança, 30 km distante do litoral, onde se encontra a praia de Ajuruteua.

A nascente do rio Caeté ocorre no município de Bonito, com o nome de Caetezinho; atravessa o município de Ourém na Vila de Arraial do Caeté; passa no município de Santa Luzia cortando a Rodovia BR-316; em Bragança, atravessa a Rodovia Dom Eliseu no km 30.



Vila Mocajuba, seguindo por seu território, margeia a cidade de Bragança, seguindo pelo mangue até desaguar no Oceano Atlântico.

De águas barrentas, serve como via de acesso à sede municipal, dista 25 km de sua foz. É um rio que sofre influência das marés do Oceano Atlântico, onde deságua. É sinuoso e de pequena profundidade em certos trechos (SETUR/PMB, 2013).

Considerando suas características territoriais, o município de Bragança dispõe de um cenário propício ao turismo.

3.3 ASPECTOS CULTURAIS⁴

Os bragantinos são, essencialmente, por tradição, um povo católico e que comemora suas festas religiosas, imbuídos de maior respeito e fé. Dentre as festividades religiosas mais expressivas do município, se destaca a festa de São Benedito. O município celebra também a Semana Santa e o Corpus Christi, eventos que ocorrem no primeiro semestre do ano; no segundo semestre, mais precisamente no segundo domingo de novembro, é realizado o Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Entretanto, a maior manifestação religiosa de Bragança é a festa de São Benedito, uma das maiores e mais antigas do Pará. E durante a festa de São Benedito, acontece a Marujada, que é a maior manifestação de cunho cultural do município. Conhecida em todo o Brasil, já é um Patrimônio Cultural do Pará (Lei nº 7.330, de 17 de novembro de 2009).

Os Bois-Bumbás e os Cordões de Pássaros, outros dois exemplos da cultura popular de Bragança, embora tradicionais na região, surgem e desaparecem, sem marcar identidade. Eles são organizados por ocasião dos festejos juninos e/ou por ocasião do concurso oficial promovido pela Prefeitura Municipal.

Bragança possui ainda uma grande variedade de produtos que são confeccionados pelos artesãos locais. São objetos de cerâmica, panelas, travessas, vasos, vassouras, bolsas, estátuas, peças de crochê e tricô, móveis, cestas, gaiolas, abajures e arranjos diversos, constituindo-se em peças que possuem tanto valor artístico quanto utilitário. Além disso, há a fabricação de embarcações e vários outros apetrechos de pesca, como currais, espinhéis, tarrafas etc.

Outro orgulho da cidade de Bragança são os seus monumentos históricos e culturais, como a igreja de São Benedito, a igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, o Instituto Santa Terezinha, o Palacete Augusto Corrêa (que deverá ser restaurado em breve), a sede da Diocese de

⁴ Foram realizadas pesquisas na Estatística Municipal de Bragança, divulgada pela FAPESPA, no Inventário do município coletado junto ao site da SETUR e elaborado pela Prefeitura Municipal de Bragança em 2012 e no site da Prefeitura.



Bragança, o Mercado de Carne, o Coreto Pavilhão Antônio Lemos, além do casario em estilo colonial português e outros.

Os eventos culturais no município de Bragança têm tomado proporções cada vez maiores, impactando fortemente na atividade turística do município, que hoje já dispõe de alguns produtos consolidados como atrativos turísticos no calendário do estado, a exemplo da Festa de São Benedito (Marujada) e do Festival Junino de Bragança (milhares de pessoas circularam no município na XXIX edição do festival, em 2017). Esses eventos também fomentam diretamente a geração de renda no município, de modo que para a realidade bragantina as manifestações culturais além de se consolidarem como manifestações folclóricas e religiosas junto à população também podem ser consideradas como eventos potenciais na geração de renda impactando diretamente no desenvolvimento social e econômico do município.

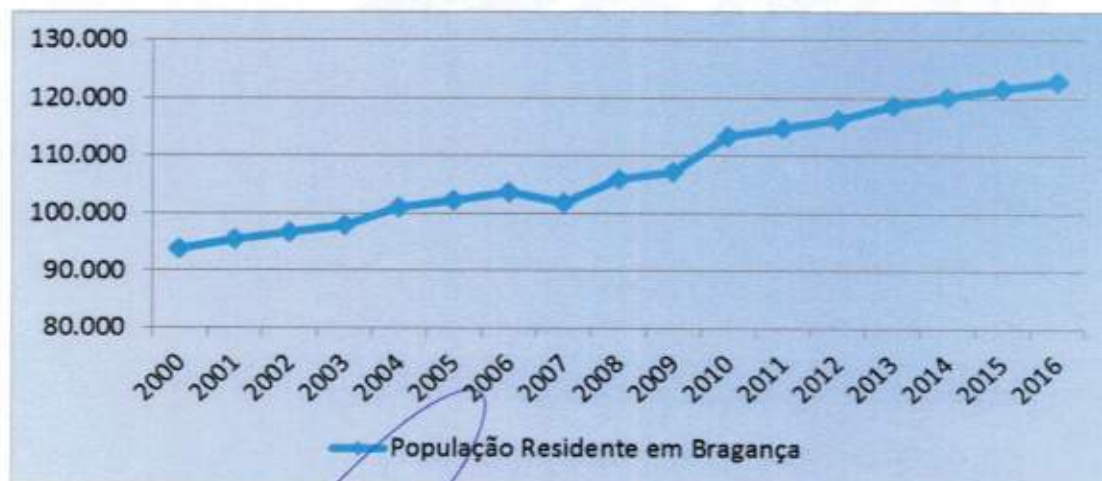
3.4 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

3.4.1 Demografia

Segundo estimativas do IBGE o município de Bragança, em 2016, possuía uma população de 122.881 habitantes, distribuída em uma área territorial de 2.091,93 Km², gerando uma densidade demográfica de aproximadamente 59 habitantes por quilômetro quadrado.

Em dezessete anos (2000-2016), o crescimento populacional no município apresentou comportamento moderado, com taxa média de expansão anual de 1,71%. Nesse período, o ano de 2010 foi o de maior variação relativa tendo registrado 5,76%.

Gráfico 1 – Evolução populacional do município de Bragança, 2000-2016



Fonte: IBGE/FAPESPA, 2017.



Desse contingente populacional no município, 64,14% encontram-se na área urbana, enquanto 35,86% moram na zona rural. O avanço da população na área urbana demarca uma pressão social, sobretudo nas áreas habitacional, de mobilidade, educacional e de saúde.

Destaca-se ainda certo equilíbrio na população bragantina quanto ao gênero, com 50,60% de homens e 49,40% de mulheres (**Tabela 1**).

Tabela 1 – População e indicadores demográficos, 2010/2016

Indicadores Demográficos		Pará	Bragança
População 2016		8.305.359	122.881
Área Territorial km ²		1.247.955,38	2.091,93
Densidade Demográfica (hab/km ²) 2016		6,7	58,74
Situação do domicílio (%) 2010	Urbana	68,5	64,14
	Rural	31,5	35,86
Sexo (%) - 2016	Homem	50,4	50,6
	Mulher	49,6	49,4

Fonte: IBGE/ FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

A caracterização da população por faixa etária é de fundamental importância, uma vez que as necessidades por políticas públicas se diferenciam nas diversas faixas etárias, se caracterizando assim como o medidor de público-alvo dos serviços a serem ofertados no município. A exemplo da população de 0 a 4 anos, público potencial de vacinação, representava 10%, em 2010; a faixa de 5 a 14, na qual a maioria está cursando o ensino fundamental, somava 22% dos bragantinos; os adolescentes e jovens de 15 a 29 anos, público potencial do ensino médio e superior, além das políticas voltadas para o ensino profissionalizante, agregavam 30% da população e ainda os idosos (65 anos ou mais) que possuem políticas públicas específicas na saúde e na assistência, representavam 5%.

Nos últimos cinco censos demográficos, realizados em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 a população de Bragança cresceu de 61,9 mil habitantes, para 113,2 mil habitantes, praticamente duplicou no período de 40 anos. Vale ressaltar, que uma pessoa pode (e deve) ser contada em vários censos, por exemplo, uma pessoa que nasceu em 1967, não mudou de cidade ou morreu, tinha três anos em 1970, 43 em 2010; e terá 53 anos em 2020, essa pessoa vai avançando nas faixas etárias investigadas pelos censos a cada 10 anos, onde verifica-se as mudanças na demanda por serviços dessa pessoa, de acordo com a faixa etária que ela se encontra.

A população por faixa etária é agrupada, de um modo geral, em 18 classes, cada uma de cinco anos (0 a 4 anos; 5 a 9 anos; 10 a 14 anos; ...), o que viabiliza agregações maiores, como



crianças (0 a 9 anos), jovens e adolescentes (10 a 19 anos) população em idade ativa (15 a 65 anos) e idosos, com mais de 65 anos de idade. Em cada um desses grupos de idades estão associadas demandas sociais específicas.

Uma informação de importante destaque, com impactos relevantes nos serviços de educação, saúde e na promoção social de Bragança, é a redução de 3.522 crianças de 0 a 4 anos, entre 1980 e 2010. Esta redução é mais expressiva, quando observamos que, em 1980 esta faixa representava 18% da população de Bragança, e, em 2010, esta mesma faixa representava 10,4%. Esta informação influencia na decisão de construção e ampliação de escolas do ensino fundamental inferior, visto que há uma redução do número absoluto de crianças em idade para cursar tal nível escolar.

Tabela 2 - Evolução da população residente no município de Bragança, 1970/1980/1991/2000/2010

Faixa Etária	1970	1980	1991	2000	2010
0 a 4 anos	10.681	15.305	15.498	12.261	11.783
5 a 9 anos	10.335	12.090	15.660	12.142	12.107
10 a 14 anos	8.661	13.475	13.796	12.431	12.845
15 a 19 anos	7.006	9.737	11.000	11.704	12.519
20 a 24 anos	4.962	6.510	7.356	8.806	11.561
25 a 29 anos	3.864	5.023	6.018	6.757	10.177
30 a 34 anos	3.011	4.027	5.043	5.591	8.204
35 a 39 anos	3.074	3.659	4.717	4.752	7.186
40 a 44 anos	2.752	3.386	3.715	4.016	5.843
45 a 49 anos	2.044	2.825	3.266	3.518	4.792
50 a 54 anos	1.646	2.469	2.448	2.732	4.097
55 a 59 anos	1.318	1.865	2.299	2.432	3.399
60 a 64 anos	924	1.383	2.121	1.829	2.660
65 a 69 anos	673	1.403	1.601	1.805	2.205
70 a 74 anos	346	937	1.137	1.297	1.582
75 a 79 anos	269	563	794	906	1.092
80 anos ou mais	302	330	680	799	1.177
Idade ignorada	66	99			
Total Geral	61.934	85.086	97.149	93.778	113.229

Fonte: IBGE, 2017.

Nesta evolução da população de Bragança por faixa etária, observa-se ainda que em todas as dez faixas entre 15 e 64 anos, a população apresentou evolução contínua a cada 10 anos, exceto

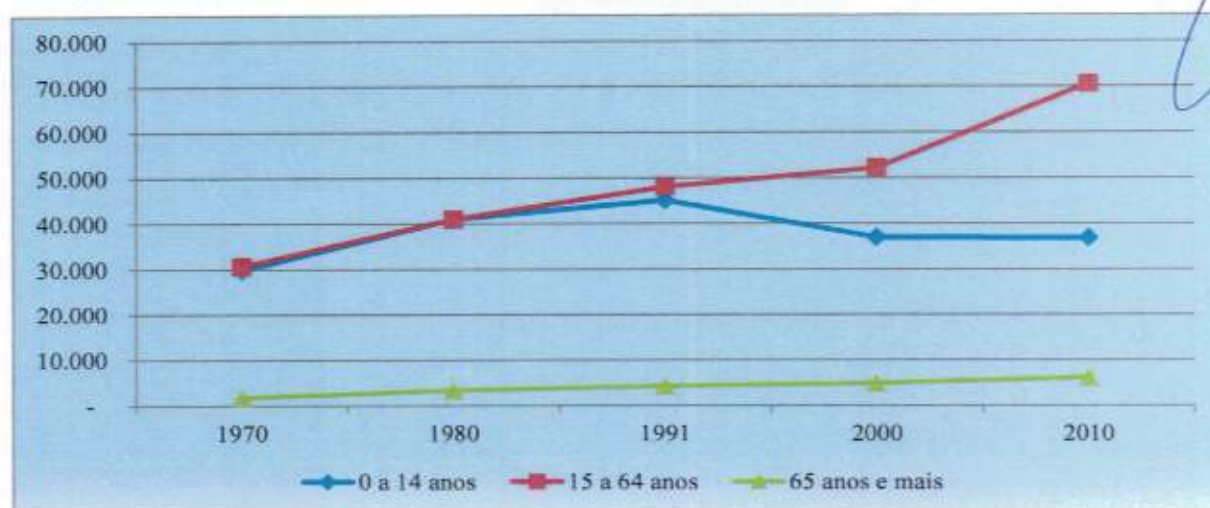


em apenas dois casos; de 1980 para 1991, na faixa de 50 a 54 anos, e na faixa de 60 a 64 anos entre 1991 e 2000. Essa regularidade, quase total (95%), ocorre dentro da população em idade ativa, que é a fatia da população responsável pelo trabalho e pela renda, consequentemente responsável pelo sustento das crianças e adolescentes, assim como, pelo pagamento da Previdência, que na maioria das vezes, vem ser a fonte de renda dos mais idosos.

Nessa mesma faixa, encontra-se a necessidade de emprego; em 1970 eram 30,6 mil pessoas em idade ativa; em 1980, eram 40,9 mil; em 1991, eram 48 mil; em 2000, 52 mil; e, em 2010, 70,4 mil pessoas estavam em idade apta para a realização de atividades econômicas, um total de 39,8 mil pessoas a mais, no período, disponíveis para o mercado de trabalho, em termos relativos 130,2% de crescimento.

Na população com mais de 65 anos, também conhecida por idosos, ocorre um crescimento mais intenso do que ocorre com a população em idade ativa, visto que, em 1970, havia 1.656 pessoas com mais de 65 anos em Bragança; o que em 1991 passou a ser 4.212; e, em 2010, atingiu 6.056 idosos no município, o que representa, em termos relativos, um crescimento de 266% nessa faixa da população, quase o dobro do crescimento da população em idade ativa no mesmo período; e mais de 10 vezes maior que o crescimento da população de 0 a 14 anos que cresceu 23,8% no mesmo período. A população de idosos do município irá requerer uma maior atenção por serviços de saúde, atividades físicas, lazer, previdência social, entre outros.

Gráfico 2 – Evolução da população residente no município de Bragança nas faixas etárias de 0 a 14 anos; 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais, 1970/1980/1991/2000/2010



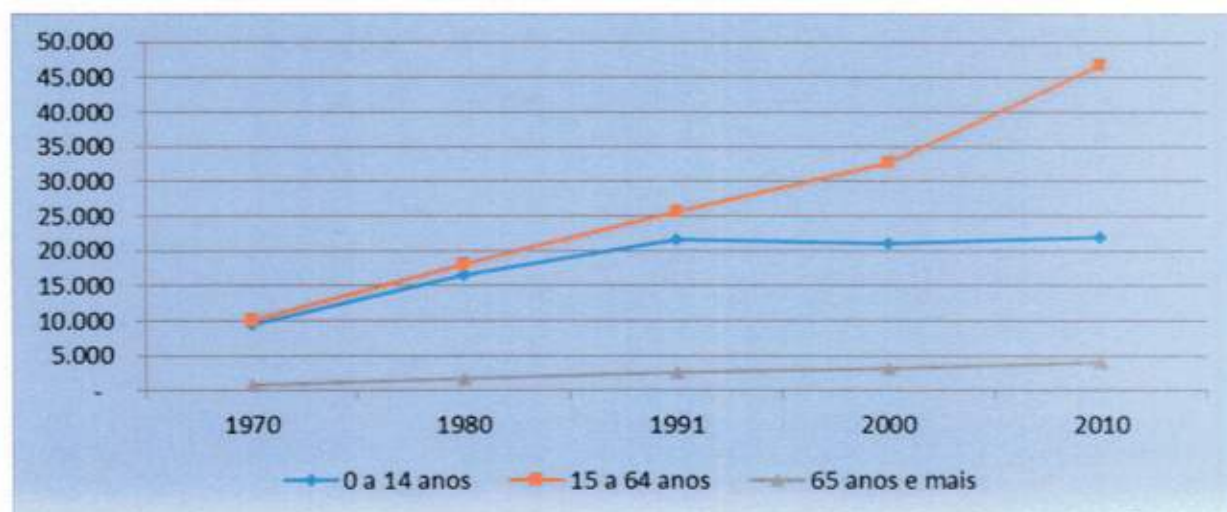
Fonte: IBGE, 2017.



Na população urbana, que cresceu de 20,1 mil habitantes em 1970 para 72,6 mil habitantes em 2010, o grupo de idade de 15 a 64 anos, apresenta um crescimento acentuado em todo o período verificado, é um acréscimo de 36,7 mil pessoas em idade ativa; a população de 0 a 14 anos teve uma redução no ano 2000, e outra pequena redução em 2010, porém, no período verificado, ocorreu um acréscimo de 12,6 mil crianças e adolescentes; a população com mais de 65 anos de idade, também tem um crescimento acentuado, acrescentando 3,3 mil idosos na área urbana do município.

Em termos relativos, o maior crescimento verificado no período, na população de idosos, com 475% de incremento; seguido da população em idade ativa, com crescimento de 366 % no período; e, com o menor crescimento, a população de crianças e adolescentes, com crescimento de 134%.

Gráfico 3 – Evolução da população residente na área urbana no município de Bragança nas faixas etárias de 0 a 14 anos; 15 a 64 anos; e de 65 anos ou mais, 1970/1980/1991/2000/2010

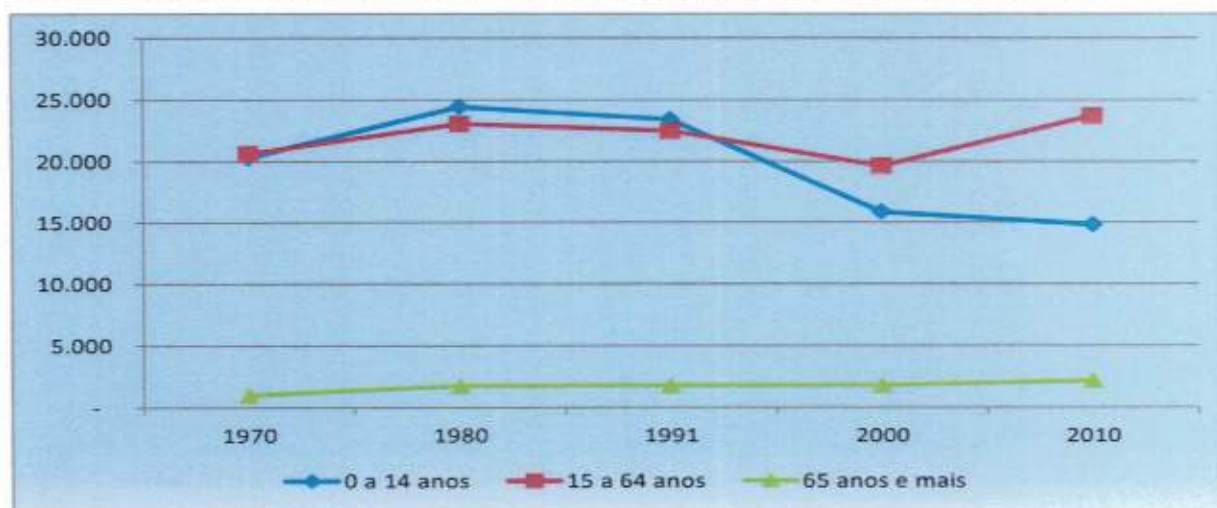


Fonte: IBGE, 2017.

Na área rural do município, a população reduziu de 41,8 para 40,6 mil habitantes. Esta redução ocorreu, exclusivamente, na faixa de 0 a 14 anos: uma redução de 5,5 mil crianças e adolescentes, nesse período; a população de 15 a 64 anos cresceu em 3,1 mil habitantes; e a população de mais de 65 anos, cresceu em 1,1 mil habitantes. O crescimento relativo foi de 118% na população idosa e 15% na população em idade ativa; porém, a população de crianças e adolescentes decresceu 27% no período.



Gráfico 4 – Evolução da população residente na área rural, no município de Bragança, nas faixas etárias de 0 a 14 anos; 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais, 1970/1980/1991/2000/2010



Fonte: IBGE, 2017.

O crescimento populacional de Bragança, sobretudo na área urbana, tem no seu dinamismo econômico um fator chave para a elevação demográfica, associado ao fato de que na última década, o município se consolida como um importante Polo universitário com a presença das principais universidades públicas, permitindo assim um relativo fluxo migratório, culminando em muitos casos na permanência efetiva de pessoas, constituindo residência fixa no município.

Nesse processo, novas demandas no campo econômico e social surgiram e Bragança passou a ofertar novos serviços que por sua vez atraíram novos investimentos e a inserção de novos atores e agentes, mantendo-se como um dos mais importantes municípios do Nordeste paraense, dada sua configuração populacional e seu desenvolvimento econômico.

3.4.2 Distribuição de Renda e Pobreza

Para a verificação do quadro de desigualdade social de um lugar é importante observar o nível de renda da população e seu grau de concentração. Nesse sentido, ao se observar o comportamento de indicadores como *taxa de pobreza*, *índice de Gini*, *renda per capita*, entre outros para o período dos dois últimos censos demográficos disponíveis, 2000 e 2010, nota-se que a renda média *per capita* do município apresentou uma evolução de 51%, apesar de ainda se encontrar em níveis inferiores aos da renda média estadual. Verifica-se ainda um aumento na concentração de renda no município no período, medida pelo índice de Gini, para 0,58 (2010) ante 0,56 (2000), o que significa uma elevação na apropriação da renda por uma parcela menor da sociedade.



Em relação à população que vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, que não possui renda suficiente para custear uma cesta de necessidades básicas, situação medida pela taxa de pobreza, apresentou redução de 17,2 % nesse período. Entretanto, ainda se encontra em patamares elevados, bem acima da média estadual que já é considerada alta. Situação semelhante foi observada na taxa de extrema pobreza que apresentou redução de 7,6 % (Tabela 3).

Tabela 3 – Renda per capita e índice de Gini do município de Bragança, 2000-2010

Indicadores		Pará	Bragança
Renda per capita (R\$)	2000	335,8	206
	2010	446,8	312
Índice de Gini*	2000	0,65	0,56
	2010	0,62	0,58
Taxa de Extrema Pobreza (%)	2000	22,9	28,2
	2010	15,9	20,6
Taxa de Pobreza (%)	2000	46,9	58,8
	2010	32,3	41,6

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

A concentração de renda em Bragança pode ser ratificada quando se observa que no núcleo urbano do município, 42,16% dos domicílios convivem com renda média de até 03 salários mínimos e apenas 4,63% dos domicílios possuem renda média acima de 10 salários mínimos. Concentração que se acentua ainda mais quando verificado na área rural, chegando a reunir 47,72% dos domicílios com renda média de até um salário mínimo (Tabela 4).

Tabela 4 - Participação dos domicílios por classes de rendimento domiciliar segundo a situação do domicílio 2010

Estado / Municípios	Urbana				Rural			
	Até 1 SM	Mais de 1 a 3 SM	Mais de 3 a 10 SM	Acima de 10 SM	Até 1 SM	Mais de 1 a 3 SM	Mais de 3 a 10 SM	Acima de 10 SM
Pará	23,33	41,1	28,31	7,21	48,36	38,64	11,72	1,3
Bragança	28,76	42,16	24,45	4,63	47,72	42,23	9,25	0,8

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

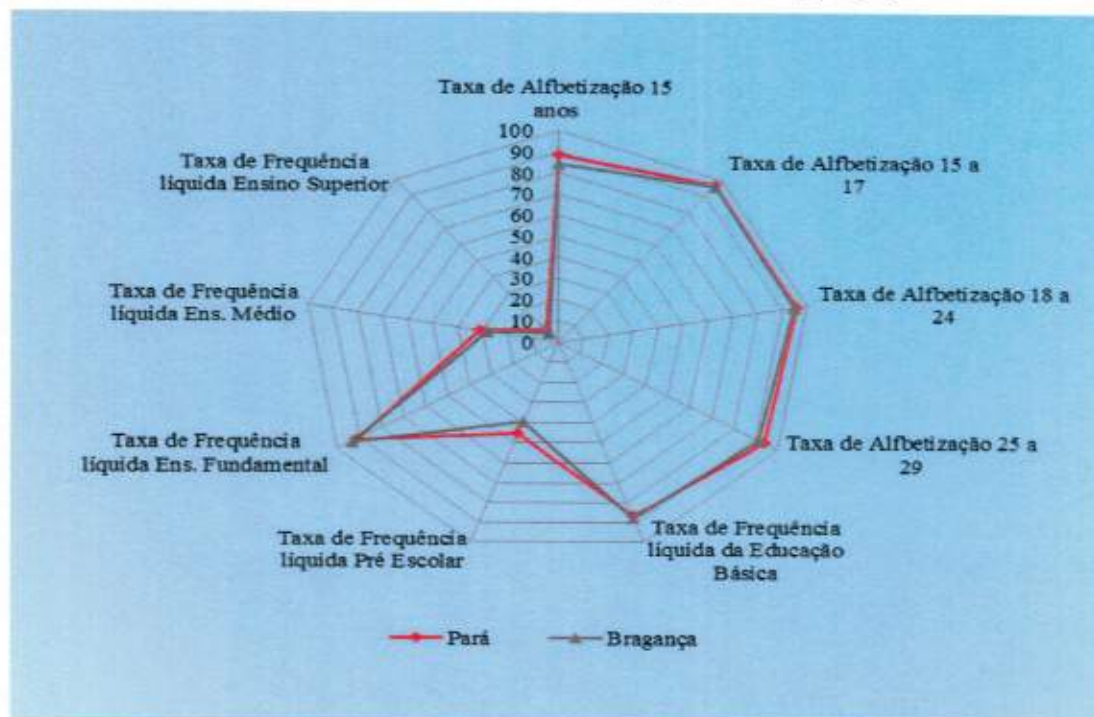


De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2015, no município de Bragança haviam 21.819 famílias inscritas no Cadastro Único, sistema que funciona como porta de entrada para acessar os benefícios oriundos dos Programas Sociais do Governo Federal, quase sempre pactuados com os governos estaduais e municipais. Dessas, 20.223 famílias possuíam rendimento familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, perfil do público-alvo do Programa Bolsa Família, das quais 77,86% recebiam tal benefício, demonstrando um déficit de mais de 22% entre as famílias que, apesar de estarem no recorte do público-alvo do Programa, não acessam esse benefício.

Sabe-se que o Brasil apresenta um alto índice de concentração de renda, o que não poderia ser diferente em relação ao município de Bragança, demonstrando a necessidade de políticas públicas mais distributivas junto à população, a exemplo de maiores investimentos públicos que possam garantir melhor qualificação para mão-de-obra do município, ampliando sua oportunidade no mercado de trabalho; além de ações que fomentem a geração de emprego e renda para a população. Destaca-se ainda, uma melhor utilização dos recursos arrecadados, uma vez que a carga tributária hoje é altíssima e tem um peso considerável na renda da população, mas se revertida em efetivos serviços de educação, saúde, saneamento básico, entre outros, acabam por gerar folgas no orçamento familiar da parcela de renda gasta para viabilizar tais serviços.

3.4.3 Educação

Observando os indicadores da área educacional para o município de Bragança, de acordo com o último censo demográfico realizado em 2010, foi registrada uma taxa de alfabetização de 84,36% entre as pessoas de 15 anos ou mais, situação que ainda melhora entre as faixas de 15 a 29 anos de idade (**Gráfico 5**).

Gráfico 5 – Indicadores educacionais do município de Bragança, 2010

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

Quando se analisa a frequência escolar no município de Bragança verifica-se que a taxa de frequência líquida da educação⁵ básica é de 87,75%, influenciada em grande medida pela frequência no Ensino Fundamental (93,54%), que encontra-se bem acima da taxa para o Pré-Escolar (39,67%) e mais que o triplo da frequência líquida do Ensino Médio (28,15%) - **Gráfico 5.**

A frequência líquida no ensino superior⁶ é muito baixa (5,33%), resultado influenciado em grande medida pela evasão escolar no ensino médio. Vale ressaltar que apesar da baixa frequência escolar no nível superior, o município possui três universidades públicas ofertando ensino superior; Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade do Estado do Pará – UEPA/UAB e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.

Quanto ao nível da qualidade de ensino, medido pelo IDEB, o município de Bragança apresentou nota 3,9 nas séries iniciais do ensino fundamental (5º ano) e 3,2 nas séries finais (9º ano), em ambos os casos estando acima da média estadual, demonstrando que um dos maiores desafios para o município é o avanço na melhoria educacional, tanto de acesso quanto de qualidade.

⁵ Fornece o percentual da população por faixa etária que frequenta a escola considerando o grau de ensino da matrícula.

⁶ Índice que abrange os que permaneceram regularmente matriculados, cursando o nível escolar de acordo com a idade correta.

**Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (Escola Pública), 2015**

Estado/Município	Nota IDEB (Escola Pública)	
	Séries Iniciais 5º Ano	Séries Finais 9º Ano
Pará	4,5	3,8
Bragança	3,9	3,2

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

Em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente, com empresas buscando por diversas habilidades e competências e, ainda, considerando os avanços da tecnologia, as demandas para o mercado de trabalho acontecem velozmente: velhas ocupações desaparecem e novas profissões surgem a todo momento. Nesse cenário, a educação se mantém como um dos principais caminhos para conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho.

Outra contribuição fundamental da educação está na formação de cidadãos, e nesse contexto, em “Política e Educação”, Paulo Freire (2001) defendia *que a cidade pode se fazer educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de criar, de conhecer, pois, a cidade que investe na educação com certeza tem como população pessoas inteligentes, criativas e que retornam ganhos intangíveis para a cidade*. E nesse sentido, políticas educacionais, sobretudo as que focam no ensino formal, fazem o diferencial para o município, quer seja investindo em mão de obra qualificada, ou em um cidadão mais preparado para exercer sua cidadania plena.

3.4.4 Saúde

Na área da saúde, o município de Bragança possui três hospitais: Hospital das Clínicas de Bragança, Hospital Geral de Bragança e Hospital Santo Antônio Maria Zaccaria; e mais de 30 unidades ambulatoriais de saúde⁷. Em 2016, o município dispunha nesses estabelecimentos de 105 médicos, 20 Assistentes Social, 78 enfermeiros, 18 fisioterapeutas, 22 Odontólogos, além de mais de 300 Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Nos hospitais, a população conta com a disponibilidade dos serviços ambulatoriais, de internação, Serviço de Apoio à Diagnóstico e Terapia (SADT) e urgência. Os equipamentos de diagnóstico e imagem disponíveis nesses hospitais, são 06 Raio X e 02 aparelhos de tomografia computadorizada; e quanto à infraestrutura, possuem controle ambiental/ar condicionado central, usina de oxigênio e grupo gerador.

⁷ Centro de Apoio à Saúde da Família (CASF), Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde e Postos de Saúde.



No que diz respeito aos leitos existentes em 2016, Bragança possuía 278 leitos SUS, 92 leitos não SUS e 53 leitos complementares.

Tabela 6 - Caracterização dos leitos existentes, 2016

Estado/ Município	Leitos Hospitalares de Internação			Leitos Hospitalares Complementares
	Quantidade SUS	Quantidade Não SUS	Total	
Pará	10.848	4.651	15.499	1.607
Bragança	278	92	370	53

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

Além da infraestrutura citada, o município também atua na estratégia Saúde da Família, cujo objetivo é garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e à atenção especializada. Bragança possui cobertura de equipes de atenção básica⁸ de 86,13% das famílias.

Nesse contexto de infraestrutura e acesso a serviços, aliado a uma taxa de natalidade (18,0) acima da média estadual (17,4), o município de Bragança em 2016, registrou uma taxa de mortalidade infantil de 16,0 óbitos de menores de um ano para cada mil nascidos vivos. Entre os nascidos vivos, somente 23,30% foram oriundos de gestações com 7 ou mais consultas de pré-natal, situação ideal para o bebê e para as mães. A taxa de mortalidade geral era de 4,7 óbitos para cada mil habitantes, com 60,7% dos óbitos do sexo masculino.

⁸As equipes de atenção básica são multiprofissionais, atuam em território definido, prestam um conjunto de ações de saúde, em âmbito individual e coletivo, relacionadas com a promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento, provendo atenção integral. As ações no território e com a comunidade também são fundamentais, tais como a visita domiciliar, ações intersetoriais e o controle social.



Tabela 7 – Indicadores de natalidade e mortalidade, 2016

Indicadores	Pará	Bragança
Taxa de Mortalidade Geral	4,5	4,7
Masculino (%)	61,6	60,7
Feminino (%)	38,3	39,3
Ignorado (%)	0,1	0,0
Taxa de Mortalidade Infantil	15,1	16,0
Taxa de Natalidade	17,4	18,0
Tipo de Parto (%)		
Vaginal	50,8	58,9
Cesáreo	49	40,7
Ignorado	0,2	0,5
Pré-Natal com 7 ou mais Consultas (%)	45,6	23,30
Parto por Idade da Mãe (%)		
Até 19 anos	26,5	26,7
20 a 40 anos	72	72
Acima de 40 anos	1,5	1,3

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

A disponibilidade do serviço de saúde pública faz parte do conjunto de políticas de proteção social, nas quais o município passa a atuar diretamente em áreas estratégicas, como: a atenção básica (visa o fortalecimento e ampliação da cobertura à população); a atenção especializada (busca garantir a ampliação das ações e serviços e especializados na promoção, prevenção e reabilitação da saúde da população); a vigilância em saúde (abrangendo a vigilância sanitária, vigilância em saúde ambiental, implementação das ações de vigilância em saúde do trabalhador, a vigilância à saúde, tendo como principal objetivo - ampliar, qualificar e divulgar as ações da vigilância em saúde ofertada à população); a atenção às urgências e hospitalar (objetivando a reestruturação da rede de atenção na área pré-hospitalar e hospitalar pactuada do sistema regional de saúde); a educação em saúde (buscando melhor qualidade nos serviços de saúde da rede municipal); e o controle social (que objetiva fortalecer o controle social do SUS municipal).

Nesse sentido, a área de saúde é uma das detentoras de maior interação com a população e produz impactos diretos no dia a dia da mesma, e por sua vez também é detentora de uma disponibilidade de elevados recursos, mas quase sempre insuficientes frente à demanda, o que



coloca um dos maiores desafios para a gestão municipal: que é superar as dificuldades e otimizar recursos nessa área para ampliar atendimentos e serviços, de forma eficaz e eficiente, na resolutividade dos serviços disponibilizados, impactando assim diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Trata-se de uma área que também sofre influências diretas de outras áreas, sobretudo para a prevenção da saúde e bem estar da população, a exemplo da educação e, principalmente da área de saneamento básico, já que a ausência/insuficiência desses serviços expõe a população a vários riscos à saúde humana, uma vez que doenças relacionadas a sistemas de água e esgoto inadequados e as deficiências de higiene causam o óbito ou o adoecimento das pessoas diariamente. Nesse sentido, políticas de saneamento básico tendem a transbordar seus benefícios para a área da saúde, uma vez que disponibilizam uma adequação da moradia frente a esses serviços, impactando na melhoria da qualidade de vida da população.

No que diz respeito ao Saneamento Básico, a cidade ainda necessita de melhorias, principalmente em esgotamento sanitário, uma vez que apesar de 73,73% dos domicílios possuírem água encanada, somente 55,22% possuem água encanada com banheiro, e ainda, se for observar o percentual de domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado, verifica-se que a grande maioria dos domicílios, 95,73% não dispõe desses serviços, segundo dados do IBGE no último censo demográfico.

Tabela 8 - Indicadores de saneamento básico, 2010

Estado/ Município	% da população em domicílios		
	Com água encanada	Com banheiro e água encanada	Com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado ¹
Pará	84,7	57,5	29,05
Bragança	73,73	55,22	95,73

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013

(1) Inadequados: abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica.

3.4.5 Segurança

A segurança pública é uma área que vem ganhando cada vez mais importância nas cidades, apresentando incrementos em seus indicadores muitas vezes preocupantes, sobretudo, as que vivenciam aumentos populacionais em áreas urbanas em maior escala, uma vez que nem sempre esse crescimento é ordenado, formando extensas áreas periféricas, nas quais, quase sempre,



possuem déficits de acesso à educação, baixa geração de empregos, entre outros serviços, que muitas vezes acabam por aumentar a criminalidade nessas áreas e quase sempre, com o tempo, repercutem no restante da cidade, gerando a necessidade de ações mais ostensivas.

No âmbito da segurança, o município de Bragança apresentou em 2015 uma taxa de homicídios de 28,80 óbitos por causas externas, para cada cem mil habitantes, média bem abaixo da registrada para o estado do Pará (44,45). Entretanto, quando se observa o mesmo indicador para o recorte de jovens, esse praticamente dobra seu valor (57,2), demonstrando a necessidade de uma atenção maior à população jovem do município. O trânsito em Bragança não possui taxas de homicídios altas; em 2015 foi de 5,76 óbitos no trânsito para cada cem mil habitantes, quase um quarto da média estadual.

Tabela 9 – Taxa de homicídios, homicídios de jovens e homicídios no trânsito para cada cem mil habitantes, 2015

Estado/ Município	Taxa de Homicídio (100.000 hab.)	Taxa de Homicídio de Jovens (100.000 hab.)	Taxa de Homicídio por Acidentes de Trânsito (100.000 hab.)
Pará	44,45	79,48	18,89
Bragança	28,80	57,12	5,76

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

Quanto à infraestrutura disponível no município na área de segurança, Bragança possui uma Delegacia de Polícia Civil, que funciona 24 horas por dia; o 24º Grupamento de Bombeiros, cujas atividades são: combater incêndios, salvamentos, resgates, primeiros socorros e outros; o 33º Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo policiamento militar no município; a Guarda Municipal de Bragança, que protege o patrimônio e bens públicos do município e do meio ambiente; há uma representação da Defesa Civil, cujo papel é de proteção civil por meio de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social; o Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, que atua na segurança e fiscalização de trânsito; o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, que realiza exames de lesão corporal e sexológico e alguns toxicológicos, de balística e em veículos; a 17ª Circunscrição Regional de Trânsito – CIRETRAN, atuando em serviços de habilitação; e a Polícia Rodoviária Federal – PRF, que não dispõe de prédio, somente o policiamento volante (SETUR, 2017).



3.5 - ASPECTOS ECONÔMICOS

3.5.1 Mercado de Trabalho

De acordo com o último Censo Demográfico (2010), divulgado pelo IBGE, o município de Bragança possuía 41.755 pessoas ocupadas, das quais 7.584 estavam no mercado formal (18%), demonstrando o quanto a economia do município encontrava-se na informalidade. Dentre as atividades, 49% estavam ocupadas no setor de *Serviços*, 40% na *Agropecuária* e apenas 11% na *Indústria*.

Vale ressaltar que o município de Bragança possui a *Pesca e Aquicultura* como atividades pujantes e em ascensão, porém ainda muito na informalidade, de modo que em 2010, essas atividades da agropecuária geraram 4.152 ocupações (25% do setor), o que representava 10% do total de ocupações do município. Entretanto quando observamos os dados de formalização, a *Pesca e Aquicultura* abrangiam apenas 4% desse mercado, ratificando a necessidade de políticas de formalização, principalmente nessas atividades.

Quanto ao mercado de trabalho formal no município de Bragança, que tem sua configuração ao encontro da base produtiva, está voltado fortemente para o setor de Serviços e Comércio, com importante destaque para o setor público, de acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2015). Esse desenho estrutural conduz a uma oferta de emprego direcionada a esses setores, motivo pelo qual concentram 89% de todo contingente de empregados formalizados no mercado de trabalho do município, de um total de 7.904 trabalhadores com carteira assinada (**Tabela 10**).

Quando observada a estratificação do emprego por sexo, o masculino responde por 51% do total de trabalhadores com contratos formais de trabalho. Essa representatividade é menor que o percentual da Região de Integração (54%) e do estado (60%) e faz de Bragança um município no qual as mulheres contribuem ativamente para a economia local, já que representam 49% da força de trabalho (**Tabela 10**).



Tabela 10 - Vínculos empregatícios no emprego formal por setor econômico, 2015

Indicadores	Pará	Bragança	Pará (%)	Bragança (%)
Total	1.125.629	7.904	-	-
Sexo				
<i>Masculino</i>	670.992	4.036	60	51
<i>Feminino</i>	454.637	3.868	40	49
Setor Econômico				
<i>Extrativa mineral</i>	20.301	-	2	0
<i>Indústria de transformação</i>	88.385	349	8	4
<i>Serviços industriais de utilidade pública</i>	8.341	43	1	1
<i>Construção Civil</i>	89.181	196	8	2
<i>Comércio</i>	217.563	2.008	19	25
<i>Serviços</i>	279.888	1.607	25	20
<i>Administração Pública</i>	370.278	3.453	33	44
<i>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</i>	51.692	248	5	3
Escolaridade				
<i>Analfabeto</i>	5.338	15	0	0
<i>Até 5º Incompleto</i>	38.642	174	3	2
<i>5º Completo Fundamental</i>	26.833	62	2	1
<i>6ª a 9ª Fundamental</i>	71.137	336	6	4
<i>Fundamental Completo</i>	132.442	748	12	9
<i>Médio Incompleto</i>	81.230	635	7	8
<i>Médio Completo</i>	536.204	3.832	48	48
<i>Superior Incompleto</i>	24.257	102	2	1
<i>Superior Completo</i>	209.546	2.000	19	25
Remuneração				
<i>Total</i>	2.273,01	1.496,85	-	-
<i>Masculino</i>	2.319,77	1.445,06	-	-
<i>Feminino</i>	2.203,99	1.550,89	-	-

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.

No aspecto educacional, a participação entre os trabalhadores: 48%, encontram-se entre os que possuem o ensino médio completo, percentual semelhante ao do estado (48%) e da região (49). Essa variável está fortemente ligada à característica das atividades econômicas praticadas, uma vez que boa parte delas estão voltadas ao setor de Comércio e de Serviços, reconhecidas pela baixa oferta de emprego a profissionais com nível de ensino mais elevados. A participação entre os trabalhadores com ensino superior é de 25% do total de vínculos trabalhistas com registros



formais, sendo o segundo melhor desempenho, e alcançando uma participação superior à observada no estado e na região (Tabela 10).

Ressalta-se que nesse universo, a remuneração é proporcional ao que é apresentado pelos níveis de emprego. Sobre isso, a média salarial do município foi de R\$ 1.496,85, sendo que as mulheres (R\$ 1.550,89) obtiveram remuneração média maior que os homens (R\$ 1.445,06). Ambas as remunerações estiveram acima da média regional, porém inferior à média estadual (Tabela 10)

3.5.2 Produto Interno Bruto

O fomento à geração de emprego e renda deve ser uma prioridade para todas as esferas governamentais, sobretudo quando se pretende potencializar o desenvolvimento local. É necessário se estabelecer planos estruturados, capazes de atrair grandes empresas e diversificar os pequenos negócios, possibilitando a esses pequenos empreendedores, mecanismos de formalização e qualificação, que além da oportunidade de gerar renda e empregos formais ao município, garantam a essas empresas melhoria na gestão e uma maior competitividade no mercado.

Quanto à geração de riqueza no município de Bragança, essa apresentou um Produto Interno Bruto (PIB), em 2014, no valor de R\$ 913,882 milhões, sendo o 22º no ranking estadual. Do total do valor adicionado, 36% corresponderam à Administração Pública e 34% ao setor de Serviços, sendo os dois de maior concentração na geração de riqueza do município. Ressalta-se o setor Agropecuário, através da extração pesqueira, que registrou participação de 24% no valor adicional do PIB (Tabela 11). Os impostos, por sua vez, totalizaram 47,794 milhões, correspondendo a 19% de todo o montante de impostos gerados na região.

Tabela 11 - Participação do valor adicionado (mil R\$) dos setores e da administração pública em relação ao município, 2014

Indicadores	Pará	Bragança
Produto Interno Bruto (PIB) R\$ (mil)	124.584.945	914.882
Valor Adicionado Bruto R\$ (mil)	113.001.639	867.088
Impostos Líquidos de Subsídios sobre Produtos R\$ (mil)	11.583.306	47.794
VA Agropecuária (%)	12	24
VA Indústria (%)	29	7
VA Serviços, exclusive Administração Pública (%)	38	34
VA Administração (%) Pública	21	36

Fonte: FAPESPA/Radar das Regiões de Integração, 2017.



O setor público responde por uma parcela significativa do PIB municipal, representado, sobretudo, pelos serviços administrativos que envolvem as esferas federal, estadual e municipal. Os diversos organismos sediados em Bragança representam uma polarização do município diante de vários outros entes municipais da região, uma vez que se trata do município de segunda maior economia e maior população da Região de Integração Rio Caeté.

Essa representatividade é refletida também no setor de Serviços, com a oferta de diversas atividades nos segmentos de saúde, educação, assistência técnica entre outros. Sobre isso, destaca-se o fato de o município se concretizar como Polo universitário, reconhecimento que elevou as ofertas dos mais diversos serviços atraídos pelas oportunidades de negócios que surgiram ultimamente. Ressalta-se ainda a atividade turística na região que nos últimos anos vem ganhando maiores proporções e influenciam diretamente na agregação de valor do setor de Serviços.

Bragança além de se destacar na produção pesqueira é importante entreposto da produção agrícola da região, fortemente reconhecida pela produção de farinha d'água e feijão. Esses produtos dão ao município notório reconhecimento quanto as suas qualidades, em todo o estado, pela marca bragantina incorporada neles, o que também se constitui em um mecanismo de agregação de valor.

Como resultado da economia do município, fortemente votada para a produção pesqueira, um importante indicador a ser acompanhado é a balança comercial pelo lado das exportações. Nesse sentido, em 2016, Bragança obteve pauta exportadora no valor de US\$ 15,966 milhões, da qual 97% esteve associada à oferta de peixes para o exterior, com destaque para os peixes congelados que totalizaram US\$ 10,781 milhões, 67% do valor das exportações do município (Tabela 12).

Tabela 12 – Produtos exportados pelo município de Bragança, valor (US\$) e quantidade (Kg), 2016

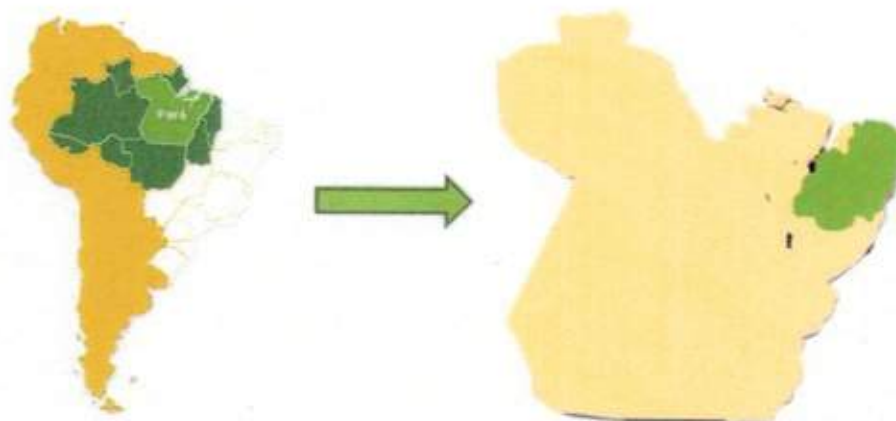
Produtos Exportados	US\$ (FOB)	Quantidade (Kg)
Total	15.965.732	2.180.097
Peixes congelados	10.781.396	1.856.965
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes defumados	3.038.534	61.426
Filés de peixes e outras carnes de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados	1.704.187	152.755
Crustáceos com casca, cozidos em água ou vapor, mesmo refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura	255.030	10.151
Folhagem, folhas, ramos e outras partes de plantas, sem flores nem botões de flores, e ervas	186.585	98.800

Fonte: MDIC/Aliceweb, 2017.

3.5.3 Turismo

Bragança fica localizada no Polo Amazônia Atlântica⁹, importante recorte regional que viabiliza o planejamento público no setor turístico estadual. Essa região é caracterizada pelos atrativos naturais, tendo no litoral atlântico o grande potencializador dos produtos turísticos ofertados. O Polo Amazônia Atlântica faz parte do Plano de Desenvolvimento do Turismo Paraense e conta com uma estrutura turística geradora de demanda e é reconhecida como um destino consolidado no mercado do próprio Pará e dos estados fronteiriços (SETUR/PMB, 2013).

Figura 6 – Polo Amazônia Atlântica

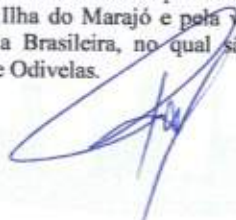


Fonte: SETUR/PMB, 2017.

Nesse espaço territorial, Bragança não se destaca somente pelas praias e mangues que o diferenciam enquanto município produtor de pescados e mariscos do Nordeste paraense, mas também pela sua arquitetura centenária e manifestações culturais. Ressaltamos também os campos alagados que são reconhecidos pelas peculiaridades dos movimentos das águas que revelam diferentes belezas com a sazonalidade do inverno e do verão.

Os festejos religiosos simbolizam Bragança como um grande destino do turismo paraense, sendo destaque a festa de São Benedito, co-padroeiro do município. Nesse evento, o povo devoto manifesta sua crença e fidelidade com a celebração religiosa que ocorre em dezembro, uma das festividades mais antigas do estado, datada desde 1798.

⁹Localizado no Nordeste paraense, o Polo Amazônia Atlântica corresponde à faixa do litoral Atlântico do estado, protegida da descarga das águas barrentas do rio Amazonas, pela Ilha do Marajó e pela vazão do rio Pará; constituindo-se na maior e mais estruturada área turística de sol e mar da Amazônia Brasileira, no qual são prioritários: Bragança, Tracuateua, Salinópolis, Marapanim, Curuçá, Vigia de Nazaré e São Caetano de Odivelas.



As manifestações culturais também vêm potencializando o turismo no município, a exemplo do Festival Junino de Bragança¹⁰, que em sua vigésima nona edição, em 2017, atraiu mais de 60 mil pessoas, ganhando o apoio do Ministério do Turismo, destacando-se entre as cinco cidades brasileiras incluídas no calendário de eventos juninos, com transmissão ao vivo em redes sociais e cobertura jornalística de veículos de comunicação de âmbito nacional.

Outro importante reconhecimento de Bragança é em relação ao seu conteúdo histórico que permitiu ao município inserir-se na política de desenvolvimento do turismo estadual através do Projeto Rota Turística. Esse instrumento de planejamento foi consolidado em um projeto denominado Rota Turística Belém-Bragança, no qual há um resgate da memória histórica do período em que se fazia uso da linha férrea que ligava o município de Bragança à capital Belém. O significado desse projeto está no quanto Bragança representou e representa para o estado, em seus aspectos econômicos e sociais.

Figura 8 - Atrativos turísticos do município de Bragança



Fonte: SETUR/PMB, 2017.

¹⁰É composto por uma vasta programação de grupos folclóricos, shows regionais, incluindo mostras da fabricação de farinha d'água por um grupo da agricultura familiar, além de exposição do artesanato bragantino. Também ocorre no evento concursos de quadrilhas juninas e bois-bumbás.



3.6 ASPECTOS AMBIENTAIS

Bragança com uma área de um pouco mais de 2 mil km² (0,17% do PA), possui 2,93% do seu território com área remanescente de florestas (2011), mantendo 12,88% (2012) do total de sua área como área protegida, não possuindo áreas de assentamento.

O município, em 2013, fez a adesão ao Programa Municípios Verde (PMV) e em 2014 fez o pacto contra o desmatamento.

Em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), Bragança possui uma área cadastrável de 1.800,68 km² (86,08% da área do município). Em 2017, 18,23% já foi cadastrada, faltando 61,77% para atingir a meta estipulada de 80%.

Quanto ao desmatamento, o município tem mantido bem abaixo do limite de 40 km², limite do PMV, apresentando em 2015 uma taxa de 0,50 km² segundo dados do PRODES (INPE/PRODES-08/2014 a 07/2015). Nesse sentido, o município não está na lista dos municípios que mais desmatam na Amazônia.

Tabela 13 – Caracterização ambiental do município de Bragança, segundo o PMV, 2017

Características	Indicador	Participação %
Área com Remanescente Florestal (INPE/PRODES-2011)	61,20 km ²	2.93%
Área Protegida (ISA-2012)	269,38 km ²	12.88%
Adesão ao Programa Municípios Verdes (PMV)	Sim (sem termo assinado com MPF)	
Área CAR cadastrável (SEMA-03/2017)	1.800,68 km ²	86.08%
Área CAR cadastrada (SEMA-03/2017)	328,25 km ²	18.23%
Área CAR a ser cadastrada para atingir meta	1.112,30 km ²	61.77%
Taxa de Desmatamento - PRODES (INPE/PRODES-08/2014 a 07/2015)	0,50 km ²	Abaixo de 40km ²

Fonte: Programa Municípios Verdes (PMV), 2017.

O município possui uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente, possuindo habilitação para a gestão Ambiental, Lei Estadual 7.389 assinado em 14/04/2012.



3.7 ASPECTOS FINANCEIROS

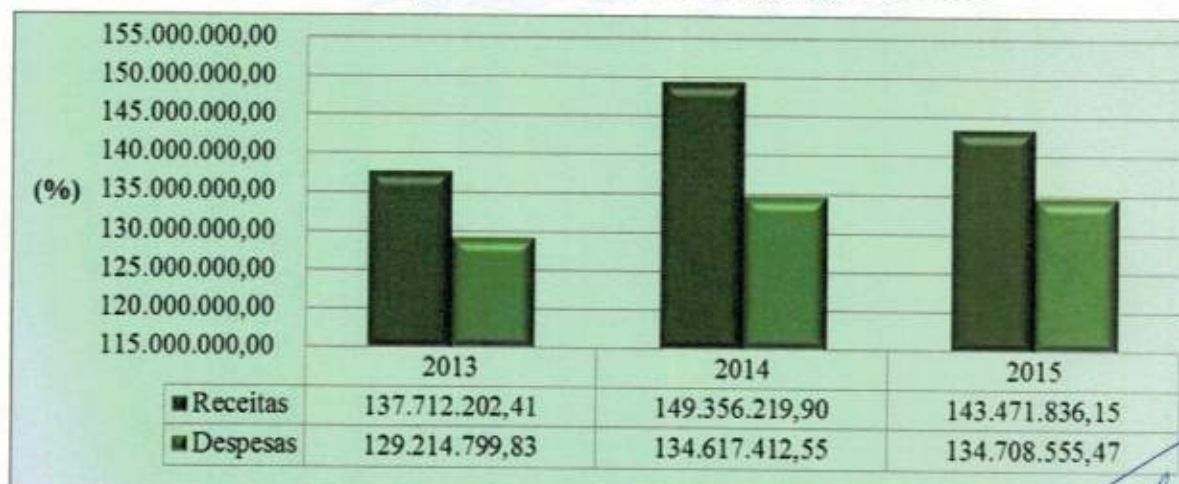
As transformações econômicas, políticas e tecnológicas surgidas no mundo nos últimos tempos têm provocado mudanças nas funções dos governos, principalmente no que diz respeito às finanças públicas, trazendo à tona a necessidade de participação efetiva da sociedade civil nessas decisões e responsabilidades, mas sem desvirtualizar a função do poder público como ente regulador da economia e garantidor dos direitos sociais¹¹.

Contudo, entende-se que os governos devem fazer funcionar de forma adequada a sua atividade financeira, a fim de que os serviços públicos sejam ofertados nos termos presentes na Constituição Federal (1988) sobre a administração pública e seus princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; além da responsabilidade e compromissos assumidos com a sociedade, de modo que o equilíbrio de suas finanças é algo a ser sempre zelado pelo gestor público, buscando cada vez mais alternativas de incremento nas receitas e controle nas despesas.

Nesse sentido, quando verificadas as finanças de Bragança entre os anos de 2013 e 2015, a partir da análise de receitas e despesas, observa-se o quanto o município é dependente de transferências e está sensível aos aspectos da conjuntura nacional no campo econômico, sobretudo de 2014 para 2015.

O resultado, portanto, foi de retração nos valores no ano de 2015 em relação a 2014, quando a receita de Bragança apresentou declínio de 3,94%, passando de R\$ 149,356 milhões (2014) para R\$ 143,472 milhões (2015), e a despesa elevou-se em 0,07%, de R\$ 134,617 milhões para R\$ 134,708 milhões no mesmo período (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 – Total de receitas e despesas do município de Bragança, 2013-2015



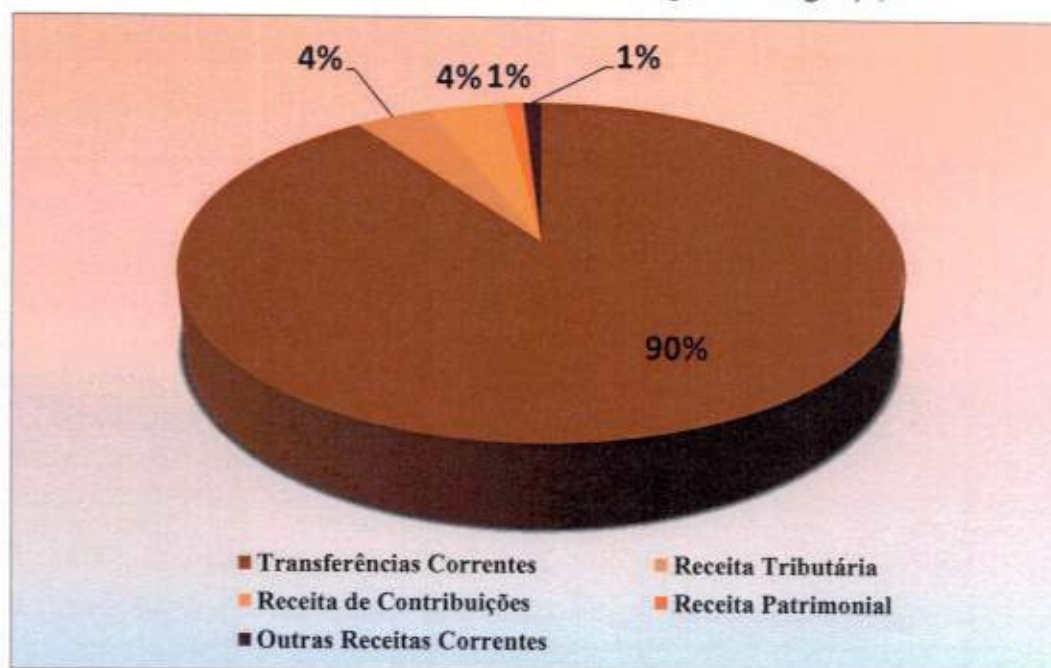
¹¹ Cavalcante, 2014.



Fonte: STN, 2017.

A estrutura da receita municipal de Bragança divide-se em cinco composições, sendo que a maior parcela, conforme já citado, são as *Transferências Correntes*, responsáveis por 90% de todo o montante formador da receita. Nessa estrutura, a *Receita Tributária* e a *Receita de Contribuições* registraram 4% cada (**Gráfico 7**).

Gráfico 7 – Composição da receita orçamentária do município de Bragança, 2015



Fonte: STN, 2017.

Esse arcabouço demonstra o quanto as finanças do município dependem da esfera federal e estadual para a formação de sua contabilidade pública. Sobre isso, ressalta-se que 47% das transferências ocorreram via União, o equivalente a R\$ 60,105 milhões, e 10% por meio do estado no ano de 2015 ou R\$ 13,290 milhões. As transferências multigovernamentais responderam por 43% do montante destinado ao município de Bragança.

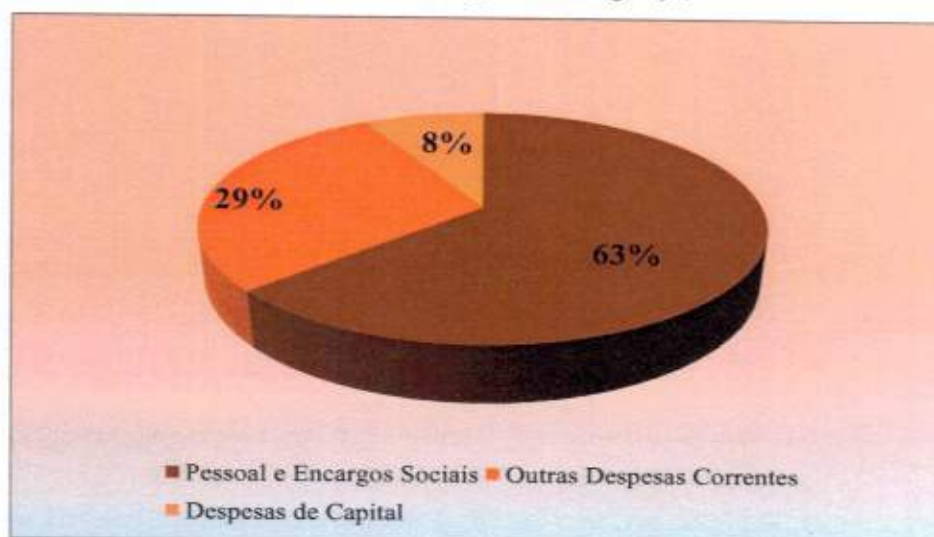
Das transferências oriundas do governo federal, 54% originaram-se da cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que totalizou R\$ 32,707 milhões. Outra participação significativa diz respeito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que transferiu aos cofres de Bragança o valor de R\$ 6,366 milhões, 11% das transferências da União.

Das transferências estaduais, 64% correspondem à *cota-parte do ICMS* e 14% ao repasse relacionado ao IPVA. O município ainda contava com 2% do *IPI sobre as exportações* estaduais definidos pela cota-parte a que Bragança tem direito, mesmo percentual repassado para *programas*

de saúde (repassa fundo a fundo). As *outras transferências* totalizaram 19% da composição estadual dos valores transferidos para o município.

Em relação às despesas contabilizadas no setor público municipal de Bragança, 63% do total está relacionado a *pessoal e encargos sociais*, o que, em 2015 totalizou R\$ 85.033 milhões. As *outras despesas correntes* responderam por 29% (R\$ 38,640 milhões) dos gastos administrativos do município e as *despesa de capital* por 8% (R\$ 11,0,35 milhões) (**Gráfico 8**).

Gráfico 8 – Composição das despesas do município de Bragança, 2015.



Fonte: STN, 2017.

Na estrutura de dispêndio do município de Bragança, os gastos com *vencimentos e vantagens fixas* concentraram, em 2015, 75% das Despesas com Pessoal. Ainda nessa mesma estratificação, os valores com *contratação por tempo determinado* responderam por 24% do total. Entre itens das Despesas Correntes, as *contribuições* representaram 44% do valor dos gastos dessa segmentação; e as *premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras* 42%. O item *obras e instalações* foi o componente das Despesas de Capital com o maior destaque, registrando 74% do montante gasto.

3.8 BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE¹²

A Prefeitura de Bragança conjuntamente com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), buscando estimular a sociedade bragantina a se mobilizar para alcançar patamares mais altos de sustentabilidade, identificou no Barômetro da Sustentabilidade dos Municípios Paraenses (desenvolvido pela FAPESPA), a ferramenta mais adequada tanto para

¹² Retirado do documento "Barômetro da Sustentabilidade elaborado pela FAPESPA".





medir grau de desenvolvimento sustentável, como para acompanhar o progresso através do tempo. Neste sentido, desenvolveram uma estratégia para a elaboração de um Planejamento Estratégico Bragança 2030, envolvendo diversos atores do município de Bragança, a partir da formação de um Grupo de Trabalho¹³.

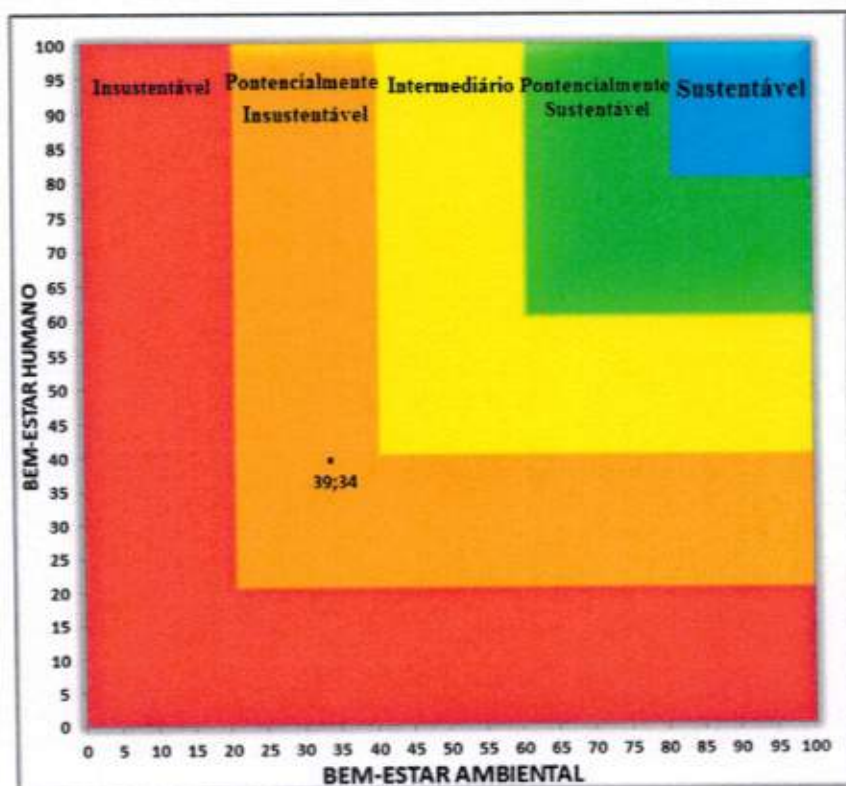
A partir daí, foi lançado o Barômetro da Sustentabilidade de Bragança, que, devido apresentar uma relação de indicadores atualizados quanto ao Bem Estar Humano e ao Bem Estar Ambiental, passou a ser referência no processo de construção do **Plano Bragança 2030** e também será instrumento de avaliação e acompanhamento quanto aos resultados a serem alcançados no processo de implementação do Plano lançado em 11 de junho de 2016, no município.

O Barômetro da Sustentabilidade é uma metodologia de avaliação a partir da análise de dois grandes eixos: o Bem-estar Humano (BEHum) e o Bem-estar Ambiental (BEAmb). Cada uma dessas grandes dimensões subdivide-se em cinco temáticas. Para a sociedade, considera-se: saúde e população, riqueza, conhecimento e cultura, comunidade e equidade. Para o meio ambiente: terra, ar, água, espécies e utilização de recursos (**Gráfico 9**) (VAN BELLEN, 2004).

As escalas de sustentabilidade foram divididas em cinco intervalos: insustentável, potencialmente insustentável, intermediário, potencialmente sustentável e sustentável. Com base nessa metodologia, o município de Bragança apresenta nível “Potencialmente Insustentável”, conforme pode ser observado no **Gráfico 9**.

¹³Grupo de Trabalho – GT formado pela PMB, FAPESPA, a Câmara de Diretores Lojistas de Bragança/CDL, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Pará/IFPA, a Universidade Federal do Pará/UFPA - Campus Universitário de Bragança e o SEBRAE Pará.

Gráfico 9 - Gráfico bidimensional do Barômetro da Sustentabilidade - Bragança

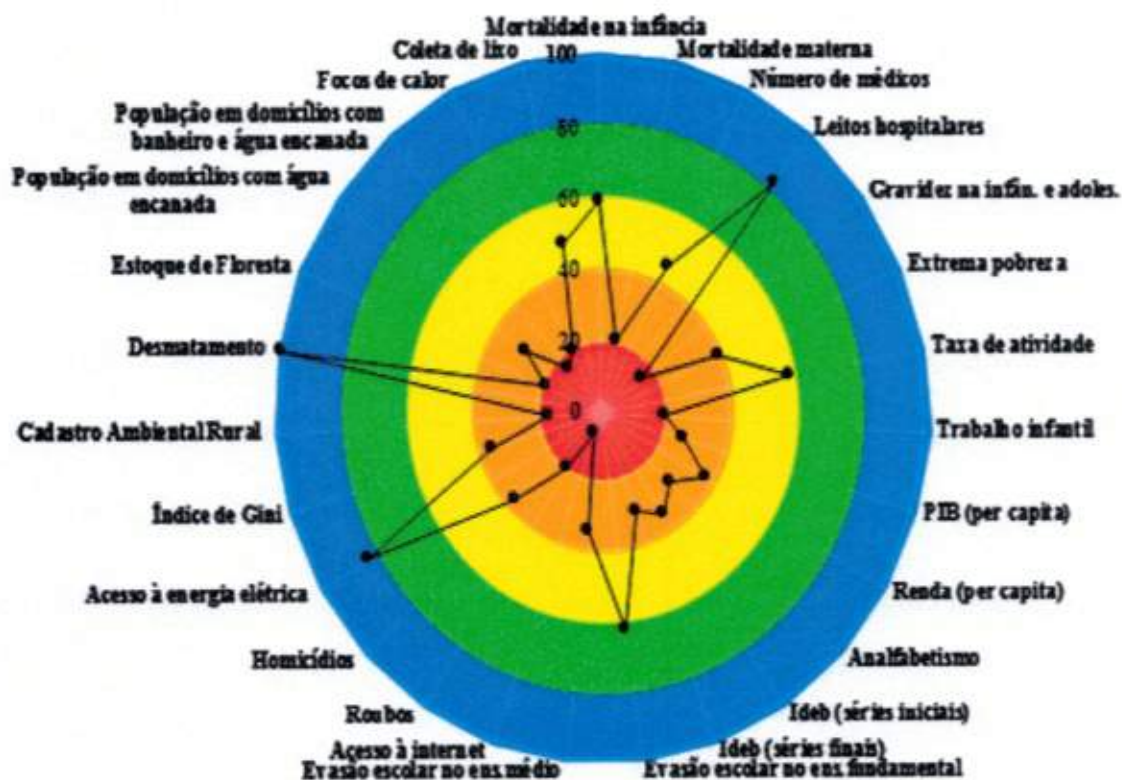


Fonte: FAPESPA, 2016.

Analisando os dados desagregados verifica-se que a Dimensão Socioeconômica do município de Bragança encontra-se em situação “Potencialmente Insustentável”. Os melhores desempenhos em relação às metas sustentáveis, definidas pela metodologia, foram dos indicadores: leitos hospitalares e acesso à energia elétrica. Indicadores como: Gravidez na Infância e Adolescência, Trabalho Infantil, Acesso à Internet e Roubos possuem os piores desempenhos em relação às metas consideradas sustentáveis (**Gráfico 10**).

A Dimensão Ambiental do município de Bragança também encontra-se em situação “Potencialmente Insustentável”. O melhor desempenho em relação às metas sustentáveis foi do indicador: Desmatamento. Indicadores como: Cadastro Ambiental Rural, Estoque de Floresta, Esgotamento Sanitário e Focos de Calor possuem os piores desempenhos em relação às metas consideradas sustentáveis (**Gráfico 10**).

Gráfico 10 - Radar da sustentabilidade do município de Bragança



Fonte: FAPESPA, 2016.

IV- Audiências Públicas do PPA 2018 - 2021

As audiências públicas são instrumentos de legitimidade, transparência, democracia e incentivo à participação da sociedade no processo de definição das prioridades para o município, durante o processo de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias, orçamentos, metas fiscais, entre outras (LRF, 2012)

O Plano Plurianual do município de Bragança para o período de 2018 – 2021 teve em sua concepção a realização de nove audiências públicas, que ocorreram de 24 de maio a 25 de junho de 2017. As audiências foram realizadas nos seis Distritos do município (Bragança (Sede), Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Tijoca e Treme): na área rural, nas sedes dos Distritos, aos domingos pela manhã; e nas áreas urbanas, na sede do município, às quartas-feiras no período vespertino, a partir das 16 horas.

A divulgação das audiências públicas ocorreu por meio das principais emissoras de rádio do município, em carros som, nas áreas urbana e rural, com a distribuição de cinco *outdoors* pela cidade, cartazes, folders, pastas e camisetas. Para complementar a divulgação, uma equipe da



Prefeitura fez um trabalho de mobilização junto às lideranças comunitárias nas comunidades onde foram realizadas as audiências, dias antes de cada ocorrência.

Compareceram às audiências, 619 cidadãos, uma média de aproximadamente 70 participantes por audiência pública. Nesses eventos, observou-se uma maior participação nas localidades situadas fora da sede do município, que concentram população rural, do que nas audiências realizadas na área urbana. Em média, verificou-se 78 participantes por audiência nas áreas rurais, contra 58 participantes em média, nas audiências da sede do município. As comunidades rurais também foram mais participativas nas audiências.

Tabela 14 – Número de participantes nas audiências públicas do PPA do município de Bragança 2018-2021, segundo os bairros/localidades e o local de realização

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS			
LOCALIDADE / BAIRRO	LOCAL	DATA	TOTAL DE PRESEÇA
VILA SINHA	CENTRO SOCIAL JOÃO MOTA II	24/05/2017	102
TREME	SALÃO PAROQUIAL	28/05/2017	113
BACURITEUA	QUADRA DA ESC. MUN. RAIMUNDO MARTINS	31/05/2017	64
CARATATEUA	CENTRO SOCIAL SÃO SEBASTIÃO	04/06/2017	80
ALDEIA	QUADRA DA ESC. MUN. SIMPLICIANO MEDEIROS	07/06/2017	25
BENJAMIN	CENTRO COMUNITÁRIO	11/06/2017	76
ALMOÇO	CENTRO COMUNITÁRIO SÃO JOSÉ	18/06/2017	62
CENTRO	MUSEU DA MARUJADA	21/06/2017	40
NOVA CANINDÉ	SALÃO PAROQUIAL / CENTRO COMUN. SÃO FRANCISCO	25/06/2017	57
TOTAL			619

Fonte: PMB/SEPLAN, 2017.

- (1) Pessoas que assinaram a lista de presença durante as audiências públicas.

A dinâmica adotada nas audiências compreendeu uma apresentação sobre o PPA, proferida pela secretária de Planejamento e Coordenação Geral, conceituando o plano, destacando a base legal do mesmo, mostrando o funcionamento do ciclo de planejamento, assim como esclarecendo sobre a integração dos instrumentos de planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

A secretária informava ainda as estratégias utilizadas para a elaboração do PPA, como a utilização de documentos existentes, formação de um grupo de trabalho técnico composto por um (ou mais) representante de cada Secretaria, para a elaboração do PPA de sua respectiva pasta, que ao final do processo, os PPA's dessas seriam integrados e padronizados pela equipe de planejamento da SEPLAN; e a realização das próprias audiências públicas, como parte da metodologia adotada, cumprindo as exigências da lei e garantindo legitimidade, transparência e democracia na elaboração do Plano Plurianual do município de Bragança 2018/2021.



Em seguida, a secretária mostrava as dimensões estratégicas e a primeira proposição de programas das secretarias para o respectivo PPA, resultado da primeira oficina para elaboração do PPA, realizada pela SEPLAN. As dimensões estratégicas, definidas no grupo, foram: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Institucional. Por fim, compartilhava o cronograma das audiências públicas, destacava a audiência em andamento e convidava os participantes a proporem ações para o Plano: através da palavra falada, com um limite de 10 a 15 pessoas ou da palavra escrita, sem limite para participação.

Ao final das nove audiências, foram compiladas mais de 700 sugestões, provenientes de todos os Distritos do município, inclusive a Sede. As proposições foram feitas por pessoas de diferentes classes sociais, idades, níveis de ensino, sexos, profissões, etc. A compilação das respostas foi realizada pela equipe da SEPLAN, tendo por critério o agrupamento dessas em 11 setores, conforme as palavras utilizadas pelos participantes para relatar suas demandas.

As proposições foram agrupadas em 11 setores, sendo os mais importantes: Infraestrutura, Educação, Promoção Social, Saúde, entre outros e algumas agregações entre setores também foram utilizadas como Cultura & Turismo, Desporto & Lazer e Pesca & Agricultura. Esses agrupamentos e agregações foram utilizados para facilitar a visualização completa das proposições das audiências, sem perder a essência da proposta.

Tabela 15 – Número de proposições para ações no PPA do município de Bragança 2018 – 2021, de acordo com os principais setores relacionados.

Setores	Quantidade	%
Cultura & Turismo	32	4,5
Desporto & Lazer	53	7,5
Economia	15	2,1
Educação	107	15,1
Infra	226	32,0
Institucional	18	2,5
Meio Ambiente	39	5,5
Outra	10	1,4
Pesc & Agricultura	29	4,1
Promoção	72	10,2
Saúde	69	9,8
Segurança	37	5,2
Total Geral	707	100,0

Fonte: PMB/SEPLAN, 2017.



Conforme essa compilação, foram registradas 226 proposições na área da Infraestrutura, 107 na área de Educação, 72, na área de Promoção Social, 69 na área de Saúde, 53 na área de Desporto e Lazer, 39 sobre o Meio Ambiente; 37 propuseram ações relacionadas com a Segurança Pública e 32 sobre Cultura e Turismo. Apareceram entre as últimas posições das proposições, além da Cultura e do Turismo, a Pesca e Agricultura e a Economia de um modo geral.

Observando as proposições agregadas; na Infraestrutura, foram compiladas as estradas, asfaltamento, iluminação pública, drenagem pluvial, abastecimento de água, coleta de lixo, construção e reforma de praças, cemitérios, orlas, mercados, etc. Na Educação, as proposições foram sobre o transporte escolar, mais servidores (auxiliares e professores), infraestrutura, ensino médio para algumas localidades, etc. Na Promoção Social, foram incluídas reformas, mutirões, manutenções, políticas para mulheres, jovens e idosos, cursos de capacitação, construção de centros comunitários, etc. Na Saúde, estão incluídas a vigilância sanitária, construção, reforma e ampliação de postos de saúde, mais médicos, melhorias no atendimento, mais agentes comunitários de saúde, etc.

Em seguida, aparece o setor que agrega Desporto e Lazer, com as proposições de reforma e/ou construção de ginásios, quadras poliesportivas, arenas e campos de futebol; ciclovias; academia de saúde e lazer nas praças das localidades, etc. No Meio Ambiente: proposições sobre saneamento básico, educação ambiental, preservação e recuperação de rios e florestas, drenagem de rios, coleta de lixo, fiscalização e punição de acordo com as leis ambientais, etc. Na Segurança Pública, mais policiais nas ruas, implantação de PMBOX, ronda noturna, posto policial, guarda municipal, fiscalização e transparência no trânsito, ordenamento de moto táxi, etc.

Nos demais setores onde foram agrupadas as propostas, Cultura e Turismo, Pesca, Aquicultura e Agricultura, Institucional e Economia. As propostas na área econômica e institucional foram bem menores do que nas áreas de infraestrutura e social, indicando que a administração municipal deve esclarecer mais a respeito desses setores tão importantes para a sociedade, dada a relevância em abastecer as áreas mais solicitadas de infraestrutura e social. Através dos grupos de desenvolvimento econômico e institucional pode-se atender com maior precisão e rapidez as demandas relacionadas à infraestrutura e ao desenvolvimento institucional.

Outra observação relevante das audiências é a maior participação da população da área rural contra a participação da população da área urbana, tanto no número de participantes, como no número de proposições. Duas hipóteses decorrem daí, uma referente a uma maior carência da

população da área rural em ser ouvida e atendida pelo poder público, e outra como sendo uma população mais politizada e responsável com o bem comum ou a coisa pública.

Na sequência estão apresentadas as propostas dos participantes em cada uma das audiências realizadas, agrupadas por setores, com os respectivos registros fotográficos e um comentário geral sobre as mesmas. Vale ressaltar que em todas as audiências públicas, a equipe da Prefeitura estava representada pela maioria das Secretarias Municipais, a qual esteve aberta aos debates e explicações, quando necessários, junto à população nas audiências.

No Distrito de Bragança, no bairro da Vila Sinhá, a audiência foi realizada dia 25/05/2017, no Centro Comunitário João Mota II, com a presença de 102 participantes. Foram apresentadas 20 propostas, das quais 30% foram relativas à Infraestrutura, 25% ao Meio Ambiente, 20% à Promoção Social, 10% de Segurança Pública e os 15% restantes foram relativas à Economia, Educação e Saúde.

Tabela 16 - Proposições para o PPA 2018 - 2021, segundo os principais setores, no Distrito de Bragança - Bairro da Vila Sinhá

Setores	Quantidade	%
Economia	1	5,0
Educação	1	5,0
Infra	6	30,0
Meio Ambiente	5	25,0
Promoção	4	20,0
Saúde	1	5,0
Segurança	2	10,0
Total	20	100,0

Esta foi a primeira audiência realizada e onde ocorreu o menor número de proposições.



No Distrito do Treme, a audiência foi realizada dia 28/05/2017, no Salão Paroquial da localidade, com 113 participantes, onde foram apresentadas 115 propostas: 33% relacionadas com Infraestrutura, 17%, com Educação, 13% com Segurança Pública, 10 % com Promoção Social, 8%, com Saúde, 8% com Pesca e Agricultura, 6% com Desporto e Lazer, os 5% restantes com desenvolvimento econômico e institucional e com sustentabilidade ambiental.

Tabela 17 - Proposições para o PPA 2018 - 2021, segundo os principais setores, no Distrito do Treme

Setores	Quantidade	%
Desporto & Lazer	7	6,09
Economia	1	0,87
Educação	20	17,39
Infra	38	33,04
Institucional	1	0,87
Meio Ambiente	3	2,61
Outra	1	0,87
Pesc & Agricultura	9	7,83
Promoção	11	9,57
Saúde	9	7,83
Segurança	15	13,04
Total	115	100,00



No Distrito de Bragança, localidade de Bacuriteua, a audiência foi realizada dia 31/05/2017, na quadra de esportes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimundo Martins Filho, com 64 participantes, onde foram apresentadas 27 propostas: 19% relacionadas com Infraestrutura, 19%, com Promoção Social, 15% com Meio Ambiente, 11% com Educação,

11%, com Segurança Pública, 7% com Saúde, 7% com Desporto e Lazer, os 12% restantes, com o desenvolvimento econômico e institucional.

Tabela 18 - Proposições para o PPA 2018 - 2021, segundo os principais setores, no Distrito de Bragança – localidade de Bacuriteua

Setores	Quantidade	%
Desporto & Lazer	2	7,41
Economia	1	3,70
Educação	3	11,11
Infra	5	18,52
Institucional	1	3,70
Meio Ambiente	4	14,81
Pesc & Agricultura	1	3,70
Promoção	5	18,52
Saúde	2	7,41
Segurança	3	11,11
Total	27	100,00



No Distrito de Caratateua, a audiência foi realizada no dia 25/05/2017, no Centro Comunitário São Sebastião, com a presença de 80 participantes, onde foram apresentadas 65 propostas, das quais, 35% foram relativas à Infraestrutura, 17% de Promoção Social, 12%, Saúde, 9% Segurança Pública; 8% Educação e os 19% restantes foram relativas à Cultura e Turismo, Desporto e Lazer, Sustentabilidade Ambiental, Pesca e Agricultura.

Tabela 19 - Proposições para o PPA 2018 – 2021, segundo os principais setores, no Distrito de Caratateua

Setores	Quantidade	%
Cultura & Turismo	1	1,54
Desporto & Lazer	2	3,08
Educação	5	7,69
Infra	23	35,38
Meio Ambiente	4	6,15
Outra	3	4,62
Pesc & Agricultura	2	3,08
Promoção	11	16,92
Saúde	8	12,31
Segurança	6	9,23
Total Geral	65	100,00



No Distrito de Bragança, bairro da Aldeia, a audiência foi realizada dia 07/06/2017, no ginásio de esportes da Escola Municipal Simpliciano Medeiros, com 25 participantes, onde foram apresentadas 30 propostas: 30% relacionadas com Promoção Social; 17% com Meio Ambiente; 13% com Infraestrutura; 10% com Desenvolvimento Institucional; 10% com Desporto e Lazer, 7% com Economia; 7% com Cultura e Turismo; e os 6% restantes com Educação e Segurança.

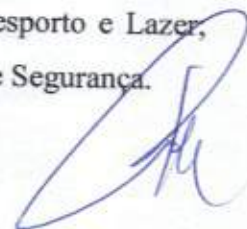


Tabela 20 - Proposições para o PPA 2018 – 2021, segundo os principais setores, no Distrito de Bragança - Bairro da Aldeia

Setores	Quantidade	%
Cultura & Turismo	2	6,67
Desporto & Lazer	3	10,00
Economia	2	6,67
Educação	1	3,33
Infra	4	13,33
Institucional	3	10,00
Meio Ambiente	5	16,67
Promoção	9	30,00
Segurança	1	3,33
Total	30	100,00



No Distrito do Tijoca, na Vila de Benjamin Constant, a audiência foi realizada dia 11/06/2017, em frente à escola da localidade, com 76 participantes, onde foram apresentadas 133 propostas: 36% relacionadas com Infraestrutura, 17% com Educação, 11% com Saúde, 9 % com Pesca e Agricultura, 8%, com Promoção Social, 7% com Desporto e Lazer, e os 12% restantes distribuídos entre Cultura e Turismo, Economia, Desenvolvimento Institucional, Meio Ambiente e Segurança.

Tabela 21 - Proposições para o PPA 2018 – 2021, segundo os principais setores, no Distrito do Tijoca

Setores	Quantidade	%
Cultura & Turismo	5	3,76
Desporto & Lazer	9	6,77
Economia	1	0,75
Educação	23	17,29
Infra	48	36,09
Institucional	1	0,75
Meio Ambiente	2	1,50
Outra	6	4,51
Pesc & Agricultura	12	9,02
Promoção	10	7,52
Saúde	15	11,28
Segurança	1	0,75
Total	133	100,00



No Distrito do Almoço, na audiência realizada dia 18/06/2017, no Centro Comunitário São José, foram apresentadas 106 propostas, por 62 participantes: um pouco mais da metade das propostas (52%) é relacionada com a Infraestrutura, 21% com Educação, 11% Saúde, 5% Promoção Social, 5% Desporto e Lazer e os 6% restantes distribuídos nos setores econômico e institucional.

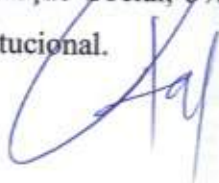


Tabela 22 - Proposições para o PPA 2018 – 2021, segundo os principais setores, no Distrito de Almoço

Setores	Quantidade	%
Desporto & Lazer	5	4,72
Economia	4	3,77
Educação	22	20,75
Infra	55	51,89
Institucional	2	1,89
Pesc & Agricultura	1	0,94
Promoção	5	4,72
Saúde	12	11,32
Total	106	100,00



No Distrito de Bragança, Bairro Centro, na audiência realizada dia 21/06/2017, no Museu da Marujada, foram apresentadas 89 propostas, por 40 participantes. No caso do Centro, 26% das propostas foram relacionadas com Cultura e Turismo, 17% com Meio Ambiente, 16% com Infraestrutura, 10% com Saúde, 7% com Segurança Pública, 6% com Promoção Social, 6% com Desenvolvimento Institucional, 4% com Desporto e Lazer, 4% com Educação e os 4% restantes distribuídos nos demais setores econômicos.

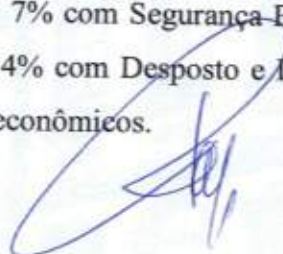


Tabela 23 - Proposições para o PPA 2018 – 2021, segundo os principais setores, no Distrito de Bragança - Bairro Centro

Setores	Quantidade	%
Cultura & Turismo	23	25,84
Desporto & Lazer	4	4,49
Economia	3	3,37
Educação	4	4,49
Infra	14	15,73
Institucional	5	5,62
Meio Ambiente	15	16,85
Pesc & Agricultura	1	1,12
Promoção	5	5,62
Saúde	9	10,11
Segurança	6	6,74
Total	89	100,00



No Distrito de Nova Mocajuba, localidade de Nova Canindé, foi realizada a última audiência pública do PPA, dia 25/06/2017, na escola da comunidade. Foram apresentadas 122 propostas, por 57 participantes. Nesta localidade, 27% das propostas foram relacionadas Infraestrutura, 23% com Educação, 17% com Desporto e Lazer, 11% com Saúde, 10 % com Promoção Social, 4% como Desenvolvimento Institucional e os 8% restantes distribuídos em Cultura e Turismo, Economia, Meio Ambiente e Segurança Pública.

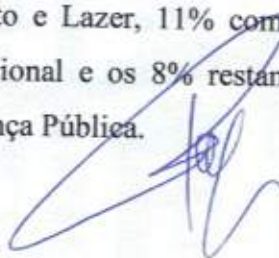




Tabela 24 - Proposições para o PPA 2018 – 2021, segundo os principais setores, no Distrito de Nova Mocajuba – localidade de Nova Canindé

Setores	Quantidade	%
Cultura & Turismo	1	0,82
Desporto & Lazer	21	17,21
Economia	2	1,64
Educação	28	22,95
Infra	33	27,05
Institucional	5	4,10
Meio Ambiente	1	0,82
Pesc & Agricultura	3	2,46
Promoção	12	9,84
Saúde	13	10,66
Segurança	3	2,46
Total	122	100,00





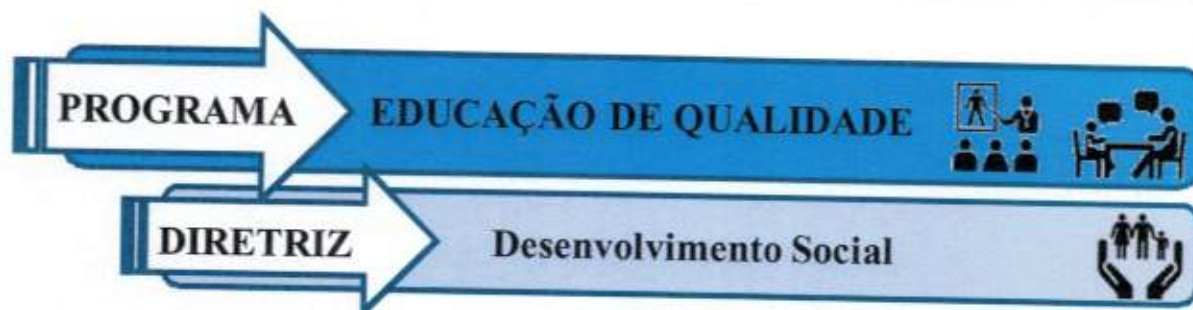
ANEXO II - PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA 2018-2021

Figura 7 – Programas do PPA do município de Bragança 2018-2021



**Tabela 25** – Indicadores de Resultados dos Programas do PPA do município de Bragança 2018-2021

Denominação	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Ano de Apuração
Nota IDEB, escola pública, séries finais (9º ano)	MEC/INEP	Unidade	3,2	2015
Distorção Série – Idade do ensino Fundamental	MEC/INEP	%	31,30	2015
Taxa de Mortalidade Infantil	MS/Datasus	Nº de óbitos para cada 3 mil nascidos vivos	15,99	2015
Percentual de cobertura populacional de equipes de atenção básica	MS/Datasus	%	86,13	2015
Leitos por mil habitantes	MS/Datasus	Nº de leitos para cada mil hab.	3,58	2015
Percentual de Pessoas Inscritas no CADÚnico que recebem Bolsa Família	MDS/SAGI	%	71,87	2015
Percentual de Famílias do PBF atendidas na rede de assistência social	PMB	%	...	...
Taxa de Homicídios	MS/Datasus	Nº de óbitos por agressão para cada cem mil hab.	28,80	2015
Taxa de Homicídios no Trânsito	MS/Datasus	Nº de óbitos no trânsito / cem mil hab.	5,76	2015
Número de eventos culturais no calendário estadual	SETUR/PA	unidade	...	...
Incremento do número de empregos formais nas atividades de Pesca e Aquicultura	MT/RAIS	%	-3,65	2014/ 2015
Incremento do número de estabelecimentos formais nas atividades de Pesca e Aquicultura	MT/RAIS	%	-12,00	2014/ 2015
Número de eventos turísticos no calendário estadual	SETUR/PA	unidade	...	...
Incremento no valor da produção agrícola	IBGE/PAM	%	-20,88	2014/ 2015
Incremento na criação de galináceos	IBGE/PPM	%	39,55	2014/ 2015
Incremento no número total de empregos formais gerados	MT/RAIS	%	-16,66	2014/ 2015
Incremento no número total de empregos formais gerados em estabelecimentos de até 04 empregados	MT/RAIS/ FAPESPA	%	-4,33	2014/ 2015
Incremento no número total de MEIs	STN/SINAC	%	20,98	2014/2015
Incremento no número de consumidores residenciais de energia elétrica	CELPA	%	8,14	2014/ 2015
Incremento no número de consumidores residenciais de abastecimento de água	COSANPA	%	-1,68	2014/ 2015
Participação de veículos licenciados no total de veículos	DETRAN	%	51,39	2015
Quilômetros de vias públicas municipais asfaltadas	PMB	km	...	...
Área Desmatada	INPE/PROD ES	Km2	0,50	2017
Percentual de área cadastrada no CAR	SEMA	%	18,23	2017
Incremento na Receita Tributária	STN	%	0,20	2014/ 2015
Participação da Receita Tributária no total da Receita Municipal	STN	%	4,21	2015



Objetivo 1: Oportunizar capacitação para os profissionais da rede municipal de educação

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Educação / Secretaria Municipal de Saúde / Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social.

📌 **Metas:**

- Realizar duas Jornadas de mobilização educacional da rede municipal de ensino de Bragança, anualmente;
- Realizar duas jornadas de mobilização educacional para gestores da rede municipal de Bragança, anualmente;
- Realizar um Seminário da Educação infantil da rede municipal de ensino de Bragança, no período do Plano;
- Realizar uma Semana Literária Municipal, anualmente;
- Realizar uma Semana Bragantina de Incentivo à Inclusão, anualmente;
- Realizar uma Semana de Mobilização Social pela Educação e Promoção da Igualdade Racial, anualmente;
- Realizar um Simpósio Integrador Educacional, no período do Plano.

📌 **Ações:**

- ✓ Capacitar os profissionais da rede de ensino, discutindo diversas temáticas na área educacional (1ª e 2ª etapa);
- ✓ Oferecer suporte teórico aos gestores da rede educacional para o fortalecimento da proposta curricular municipal e organização do trabalho pedagógico nas escolas (1ª e 2ª etapa);
- ✓ Promover formação continuada nos espaços das escolas;
- ✓ Promover reflexões teórico-práticas sobre o currículo da Educação Infantil;





- ✓ Disseminar trabalhos pedagógicos voltados para a literatura, inclusão social, Lei Nº 19.639/03 (temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo), nas escolas da rede municipal, entre outros projetos desenvolvidos pelas escolas da rede.

Objetivo 2: Ofertar merenda escolar para os alunos da rede municipal de ensino (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE)

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Educação

Metas:

- Garantir que pelo menos 30% (valor) da merenda escolar seja oriunda da agricultura familiar.

Ações:

- ✓ Ofertar e distribuir merenda para alunos da rede municipal de ensino

Objetivo 3: Realizar o transporte escolar dos alunos da rede municipal em ônibus adequados e de qualidade.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Educação

Metas:

- Atender em torno de 700 estudantes moradores do meio rural.

Ações:

- ✓ Ofertar transporte escolar em ônibus adequados para estudantes (incluindo manutenção constante dos ônibus).

Objetivo 4: Ampliar a educação integral nas escolas municipais.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Educação

Metas:

- Efetivar a educação integral nas 50 escolas contempladas com o Programa Novo Mais Educação.

Ações:

- ✓ Aderir ao Programa Novo Mais Educação;
- ✓ Realizar reuniões técnicas com Mediadores, Gestores, Coordenares e Tesoureiros dos Conselhos Escolares e Articuladores do Programa Novo Mais Educação.



Objetivo 5: Ampliar a rede municipal de escolas do campo em parceria com a União.

✚ **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Educação

✚ **Metas:**

- Construir 24 novas escolas rurais padrão FNDE/PAR.

✚ **Ações:**

- ✓ Elaborar e Aderir ao Plano de Ações Articuladas (PAR);
- ✓ Realizar levantamento técnico da infraestrutura dos prédios escolares da rede municipal do campo e encaminhar via SIMEC os projetos, locados em terrenos indicados pela Prefeitura, atendendo às exigências do FNDE;
- ✓ Licitar e vistoriar as obras em andamento, alimentar o SIMEC e manter os contratos jurídicos em dias;
- ✓ Mobilizar e concluir a climatização das escolas/obras;
- ✓ Dotar as escolas construídas de infraestrutura/equipamentos.

Objetivo 6: Construir a sede própria do Conselho Municipal de Educação (CME), viabilizando suas atividades.

✚ **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Educação

✚ **Metas:**

- Construir a sede própria do CME.

✚ **Ações:**

- ✓ Construir a sede própria do Conselho Municipal de Educação, tendo como contrapartida da SEMED o terreno e o projeto executivo.

Objetivo 7: Reformar e ampliar escolas da rede municipal de educação, oferecendo mais qualidade às escolas.

✚ **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Educação

✚ **Metas:**

- Reformar e ampliar 50 escolas rurais e urbanas da rede municipal de educação (FUNDEB).

✚ **Ações:**

- ✓ Realizar levantamento técnico e elaboração de projetos de reformas e ampliação de 50 escolas urbanas e rurais pelo Setor de Engenharia.

**Objetivo 8: Garantir a ampliação do acesso à educação infantil em Bragança.**

🚧 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Educação

🚧 **Metas:**

- Ampliar o acesso à educação infantil com 09 creches em convênio com o MEC FNDE/Programa ProInfância.

🚧 **Ações:**

- ✓ Aderir via SIMEC ao Programa ProInfância/MEC-FNDE e Prefeitura. Contrapartida: ceder terrenos para construção.
- ✓ Levantar e indicar terrenos, viabilizar a licitação das creches e oferecer apoio jurídico.

Objetivo 9: Incentivar e atender à demanda de espaço para práticas esportivas nas escolas municipais.

🚧 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Educação

🚧 **Metas:**

- Incentivar a prática de esportes nas escolas, com a construção de 04 quadras cobertas em espaços escolares SEMEC e MEC/FNDE, via PAR.

🚧 **Ações:**

- ✓ Aderir ao convênio de construção de quadras cobertas em escolas; elaborar levantamentos técnicos da demanda. Contrapartida da Prefeitura: indicar terrenos urbanos e rurais para a construção de quadras cobertas em espaços escolares.

Objetivo 10: Manter em dias a folha de pagamento das modalidades de ensino fundamental, infantil, modular e EJA.

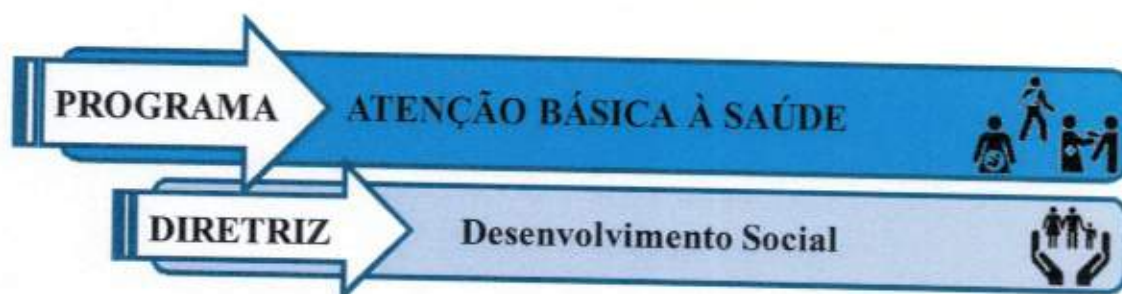
🚧 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Educação

🚧 **Metas:**

- Respeitar as normas de percentuais da Folha de Pagamento, entre 40% e 60%.

🚧 **Ações:**

- ✓ Gerenciar e manter a Folha de Pagamento dos servidores da educação (FUNDEB).



Objetivo 1: Aumentar a cobertura da estratégia de Atenção Primária com expansão de Equipes de Saúde da Família.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

Metas:

- Aumentar para 90% a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica;
- Construir um CAPS AD III;
- Construir uma Unidade de Acolhimento AD/INF;
- Construir o Centro de Atenção à Saúde da Mulher;
- Ampliar o número de Agentes Comunitários de Saúde;
- Implantar o NASF tipo II;
- Implantar equipe de Atenção Domiciliar tipo I;
- Implantar equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar;
- Implantar pontos do Tele Saúde Brasil Redes.

Ações:

- ✓ Construir UBS tipo I na área rural (Engenho);
- ✓ Construir UBS tipo I na área urbana (Cereja, Abacateiro);
- ✓ Construir UBS tipo I na área rural (Engenho II, Urubuquara);
- ✓ Construir UBS tipo I na área rural (Região do Montenegro);
- ✓ Reformar Unidades Básicas de Saúde (UBS Caratateua e Treme);
- ✓ Reformar Unidades Básicas de Saúde (UBS Mário Queiroz, Padre Luiz);
- ✓ Reformar Unidades Básicas de Saúde (UBS Vila Sinhá I, Perpétuo Socorro I);
- ✓ Reformar Unidades Básicas de Saúde (UBS novas);
- ✓ Implantar uma equipe de CAPS AD III;
- ✓ Implantar uma unidade de acolhimento adulto e infantil;
- ✓ Implantar equipe de atenção à saúde da mulher;
- ✓ Implementar ações de saúde com práticas integradas;
- ✓ Trabalhar com as famílias de sua base geográfica definida (micro áreas);



- ✓ Fortalecer as ações da Atenção Básica;
- ✓ Trabalhar junto à equipe da Academia de Saúde;
- ✓ Executar ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, prestadas em domicílio;
- ✓ Garantir a continuidade de cuidados, integrada às redes de atenção à saúde;
- ✓ Potencializar a qualificação da Atenção Básica/Estratégia de Saúde da Família ao estimular o uso das modernas tecnologias da informação e telecomunicações para atividades de apoio matricial e educação à distância.

Objetivo 2: Reduzir as Internações das Condições Sensíveis à Atenção Básica, da população residente

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

Metas:

- Reduzir em 10% as internações por condições sensíveis.

Ações

- ✓ Adquirir insumos e materiais para realização das ações que visem diminuir as internações sensíveis da atenção básica (inclusas ações de capacitação).

Objetivo 3: Ofertar ações básicas, potencializando a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas pelo PBF.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

Metas:

- Aumentar para 90% a cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF Famílias beneficiadas.

Ações

- ✓ Monitorar e acompanhar as condicionantes da saúde do PBF..

Objetivo 4: Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

Metas:

- Ampliar o acesso da população aos serviços de saúde bucal;
- Aumentar o percentual de ações de saúde dental coletiva;
- Reduzir o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos;



- Expandir as Equipes de Saúde Bucal tipo I para 37, sendo 5 ESB por ano.

✚ **Ações:**

- ✓ Efetuar a manutenção das Equipes de Saúde Bucal existentes;
- ✓ Implantar/manter o Centro de Especialidades Odontológicas Tipo I;
- ✓ Manter o Laboratório Regional de Prótese Dentária para produção de 20–50 próteses dentárias/mês;
- ✓ Contratar profissionais das ESB: Odontólogo, Auxiliar/Técnico em Saúde Bucal;
- ✓ Adquirir equipamentos e materiais permanentes para as ESB;
- ✓ Executar ações coletivas de escovação dental supervisionada;
- ✓ Executar ações coletivas de exames bucais com finalidade epidemiológica;
- ✓ Realizar procedimentos preventivos e curativos;
- ✓ Reduzir as extrações dentárias;
- ✓ Realizar consultas e ações odontológicas a população residente.

Objetivo 5: Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.

✚ **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

✚ **Metas:**

- Ampliar em 10% o número de exames de mamografia para 50% do total de mulheres existentes no município, na faixa etária preconizada.

✚ **Ações:**

- ✓ Ampliação do número de exames de mamografia bilateral para rastreamento.

Objetivo 6: Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.

✚ **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

✚ **Metas:**

- Aumentar em 10% o número de partos normais no município, considerando o ano anterior;
- Disponibilizar em 10% parto cesariano em gestação de alto risco, da população de parto normal;
- Disponibilizar em 10% parto cesariano, da população de parto normal.

✚ **Ações:**



- ✓ Atender partos no município.

Objetivo 7: Garantir a atenção e proteção às pessoas em situação de risco.

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Saúde

📌 **Metas:**

- Ampliar em 30% o número de unidades/ notificação de violência por ESF.

📌 **Ações:**

- ✓ Atender e acompanhar as notificações de violência.

Objetivo 8: Dar atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a “Rede Cegonha”, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Saúde

📌 **Metas:**

- Ampliar a oferta de exames citopatológicos em 10% em relação ao ano anterior, para 1/3 das mulheres da faixa preconizada;
- Atingir $\geq 10\%$ sobre nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal, com relação ao ano anterior;
- Realizar, pelo menos, dois testes de sífilis durante o pré-natal na população alvo;
- Reduzir o número de óbitos maternos ocorridos após o término da gravidez, referentes às causas ligadas ao parto, puerpério e à gravidez;
- Reduzir em 2/3 a mortalidade infantil em relação ao ano anterior;
- Investigar os óbitos infantis e fetais ocorridos;
- Investigar os óbitos maternos ocorridos;
- Reduzir e investigar os óbitos em MIF;
- Reduzir casos de sífilis congênita com relação ao ano anterior, em menores de 1 ano de idade.

📌 **Ações**

- ✓ Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com um exame citopatológico;
- ✓ Realizar consultas pré-natal;
- ✓ Realização de testes de sífilis nas gestantes.



Objetivo 9: Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.

✚ **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

✚ **Metas:**

- Reduzir a mortalidade de pessoas com 30 ou + anos de idade, pelo conjunto das quatro doenças crônicas não degenerativas (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).

✚ **Ações:**

- ✓ Melhorar as condições de saúde do idoso e portadores de doenças crônicas, mediante qualificação da gestão e das redes de atenção.

Objetivo 10: Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

✚ **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

✚ **Metas:**

- Vacinar em massa, crianças de 0 a 5 anos;
- Atingir a proporção de cura $\geq 93\%$ de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial;
- Realizar exames anti-HIV em 100% dos casos novos de tuberculose;
- Realizar pelos menos 6 ações necessárias;
- Ampliar para $> 80\%$ as amostras para análise de água destinada ao consumo humano;
- Manter o indicador de AIDS em menores de 5 anos de idade em “zero”;
- Reduzir o diagnóstico tardio de infecção pelo HIV em zero;
- Manter em 100% o acesso ao diagnóstico da hepatite C;
- Curar 85% dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes;
- Acompanhar $> 80\%$ dos contatos examinados dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes;
- Vacinar 100% da população canina do município;
- Manter o número de casos autóctones da malária em zero;
- Realizar visitas em pelos menos 80% dos imóveis em 4 ciclos.



Ações:

- ✓ Alcançar em pelo menos 95%, a cobertura vacinal (CV) adequada do Calendário Básico de Vacinação da Criança;
- ✓ Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera;
- ✓ Garantir a realização de exames anti-HIV nos casos novos de tuberculose;
- ✓ Aplicar ações de vigilância sanitária, consideradas necessárias;
- ✓ Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez;
- ✓ Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos;
- ✓ Reduzir o diagnóstico tardio de infecção pelo HIV;
- ✓ Acessar ao diagnóstico da hepatite C;
- ✓ Aumentar a proporção de cura nas coortes de casos novos de hanseníase;
- ✓ Garantir exames dos contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase;
- ✓ Garantir a vacinação antirrábica dos cães na campanha;
- ✓ Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária;
- ✓ Realizar visitas domiciliares para controle da dengue.

Objetivo 11: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

Metas:

- Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS;
- Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos;
- Elaborar os instrumentos de planejamento do SUS em nível municipal;
- Criar canal de comunicação entre os serviços públicos de saúde e o cidadão usuário.

Ações

- ✓ Levantar as necessidades de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores de saúde e construir estratégias e processos que qualifiquem a atenção e a gestão em saúde, fortalecendo o controle social no setor, na perspectiva de produzir impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva;
- ✓ Definir a proporção de trabalhadores que atendem ao SUS, com vínculo protegidos,



conforme Portaria no 1.318, de 5 de junho de 2007;

- ✓ Elaborar o Plano Municipal de Saúde para o período de 2018 a 2021;
- ✓ Elaborar as programações de saúde para os exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021;
- ✓ Elaborar os relatórios de gestão dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020;
- ✓ Elaborar os relatórios quadrimestrais de gestão dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020;
- ✓ Implantar e/ou implementar os serviços de Ouvidoria do SUS, em nível municipal.

Objetivo 12: Ampliar a implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica – HORUS, como estratégia de qualificação da gestão da Assistência Farmacêutica no SUS.

 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

 **Metas:**

- Expandir o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS), em estabelecimentos farmacêuticos da Atenção Básica;
- Organizar a CAF Municipal;
- Expandir para as UBS da rede de assistência, os serviços farmacêuticos.

 **Ações:**

- ✓ Implantar o sistema HORUS;
- ✓ Formalizar a CAF com base legais exigidas pelo MS;
- ✓ Estruturar as USFs para a dispensação de medicamentos.

Objetivo 13: Manter e equipar a rede física dos estabelecimentos de saúde da rede de assistência do município.

 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

 **Metas:**

- Adquirir equipamentos, materiais permanentes; e instrumental de uso hospitalar, laboratorial e odontológico;
- Adquirir medicamentos;
- Adquirir insumos e materiais de uso da atenção básica e hospitalar;
- Adquirir materiais de expediente;
- Adquirir material de limpeza e higienização;
- Adquirir suprimentos alimentares;
- Adquirir suprimentos de informática;



- Manter a rede elétrica, hidráulica, hidrossanitária dos estabelecimentos próprios da rede de saúde;
- Manter a rede física;
- Manter os veículos.

Ações:

- ✓ Elaborar termos de referência para licitar compra de equipamentos e materiais permanentes; e instrumental de uso hospitalar, laboratorial e odontológico;
- ✓ Elaborar termos de referência para licitar compra de medicamentos de uso na rede da atenção básica e hospitalar;
- ✓ Elaborar termos de referência para licitar compra de insumos e materiais de uso na atenção básica, hospitalar, laboratorial, odontológico e especialidades; e na Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Elaborar termos de referência para licitar compra de materiais de expediente e gráfico, de uso na atenção básica, vigilância em saúde, hospitalar e especialidades; e na Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Elaborar termos de referência para licitar compra de materiais de limpeza e higienização de uso na atenção básica, hospitalar e especialidades; e na Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Elaborar termos de referência para licitar compra de suprimentos alimentares para a rede de atenção básica, hospitalar e especialidades; e a Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Elaborar termos de referência para licitar compra de computadores de mesa e notebooks para a rede da atenção básica, vigilância em saúde, hospitalar e especialidades; e para a Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Elaborar termos de referência para licitar aquisição de serviços de manutenção da rede elétrica, hidráulica e hidrossanitária da atenção básica, vigilância em saúde, hospitalar e especialidades; e da Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Elaborar termo de referência para licitar aquisição de serviços de manutenção da rede física, da rede de assistência; e da Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Elaborar termo de referência para licitar aquisição de serviços de manutenção da frota de veículos de suporte de urgência e emergência; e dos serviços administrativos da Secretaria Municipal de Saúde.

**Objetivo 14: Fortalecer a Promoção e Vigilância em Saúde.**

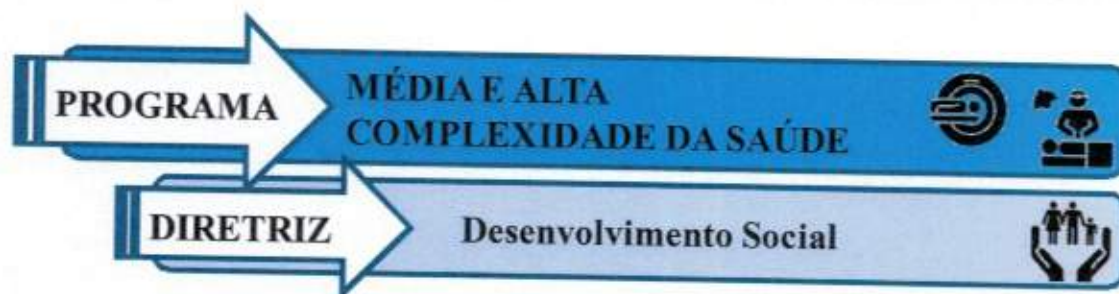
🚩 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

🚩 **Metas:**

- Alcançar, nacionalmente, em pelo menos 95% dos municípios, as coberturas vacinais (CV adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança);
- Aumentar em 89% a proporção de registro de óbitos com causa básica definida;
- Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (SINAN), em até 60 dias a partir da data de notificação;
- Aumentar em 75% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial;
- Realizar exames anti-HIV em 85% dos casos novos de tuberculose;
- Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos;
- Ampliar em 100% o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos;
- Ampliar em 100% o percentual dos seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias;
- Ampliar em 80% a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.

🚩 **Ações**

- ✓ Efetuar cobertura vacinal da população residente;
- ✓ Controlar e monitorar os casos de tuberculose no município;
- ✓ Controlar e monitorar os casos de HIV no município;
- ✓ Investigar óbitos com causas básicas definidas;
- ✓ Investigar casos registrados de doenças de notificação compulsórias;
- ✓ Identificar doenças ou agravos específicos relacionados ao trabalho;
- ✓ Reduzir os riscos e agravos à saúde;
- ✓ Monitorar a qualidade da água utilizada para consumo humano no município.



Objetivo 1: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção especial, ambulatorial e hospitalar.

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Saúde

📌 **Metas:**

- Construir 01 Centro de Referência em Saúde da Mulher;
- Concluir a Obra de 01 UPA;
- Implantar 02 equipes do Programa Melhor em Casa;

📌 **Ações:**

- Manter e construir os prédios das unidades especializadas;
- Efetivar o funcionamento da UPA;
- Efetivar o Programa Melhor em Casa.

Objetivo 2: Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento à política de atenção básica e da atenção especializada.

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Saúde

📌 **Metas:**

- Aumentar em 71% o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente;
- Adquirir 11 equipamentos para o Centro de Atenção à Saúde da Mulher;
- Adquirir 80 itens para o CAPS AD III e 80 itens para o CAPS II;
- Adquirir 211 itens para a UPA.

📌 **Ações:**

- ✓ Contratar serviços e procedimentos da média e alta complexidade (manutenção);
- ✓ Incrementar MAC para os serviços ambulatoriais de média complexidade;



- ✓ Adquirir materiais e equipamentos para a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

Objetivo 3: Implementar a assistência hospitalar de média complexidade

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

Metas:

- Aumentar em 71% o número de procedimentos ambulatoriais e hospitalar de média complexidade à população residente.

Ações

- ✓ Ofertar procedimentos clínico-cirúrgicos, ambulatoriais/cirúrgicos;
- ✓ Prestar atenção à vítima de acidentes antes e após a chegada ao hospital;
- ✓ Executar atividades voltadas à redução dos óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM);
- ✓ Ampliar a cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);
- ✓ Incrementar MAC para os serviços de internação de média complexidade;
- ✓ Estruturar o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria.

Objetivo 4: Ampliar o acesso à atenção hospitalar clínica e cirúrgica de alta complexidade da população atendida, na rede pactuada.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

Metas:

- Aumentar em 31% o número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares de alta complexidade à população residente

Ações:

- ✓ Ampliar a oferta de procedimentos ambulatoriais/hospitalares de alta complexidade;
- ✓ Implementar a Rede de Atenção às Urgências.

Objetivo 5: Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

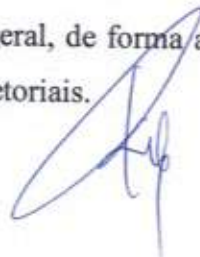
Metas:

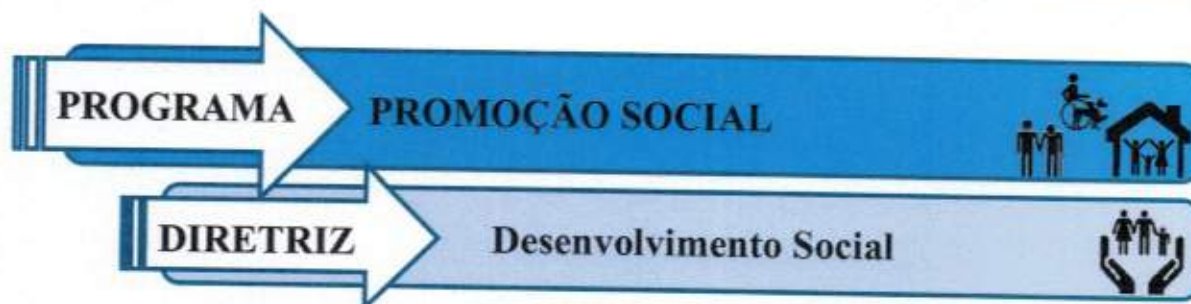
- Construir 02 Unidades de acolhimento adulto e infantil;
- Construir 01 serviço de CAPS AD III no município.



 Ações:

- ✓ Ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais.





Objetivo 1: Desenvolver serviços e ações que procurem garantir e amparar a população que se encontra em situação de extrema pobreza ou vulnerabilidade e risco social em caráter eventual e emergencial.

🚧 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

🚧 **Metas:**

- Reduzir a taxa de pobreza em média 30% ao ano;
- Atender ao máximo 87% de famílias no PBF, ao ano.

🚧 **Ações**

- ✓ Continuar o Programa Minha Casa Minha Vida;
- ✓ Executar Proteção Social Básica. Incluso Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- ✓ Gestar o Programa Bolsa Família.

Objetivo 2: Acompanhar crianças, adolescentes e idosos de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, prevenindo e combatendo formas de violação dos direitos.

🚧 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

🚧 **Metas:**

- Reduzir em 70% evasão escolar, criando vínculo afetivo entre família, escola e crianças.
- Garantir o direito dos idosos até que todos sejam de fato conscientes.

🚧 **Ações**

- ✓ Implantar BPC na escola;
- ✓ Implantar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Objetivo 3: Orientar e estimular as famílias em situação de vulnerabilidade social a participarem de atividades de geração de trabalho e renda.

🚧 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

🚧 **Metas:**



- Fomentar a geração de trabalho e renda.

Ações

- ✓ Continuar com o Programa de Aquisição de Alimentos;
- ✓ Reimplantar a agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE)
- ✓ Apoiar o projeto Mãos Habilidosas.

Objetivo 4: Melhorar a eficiência da gestão no âmbito da assistência social (capacitação).

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

Metas:

- Fiscalizar e acompanhar os serviços desenvolvidos nesta Secretaria.

Ações

- ✓ Qualificar os conselheiros municipais de Assistência Social;
- ✓ Capacitar os Servidores.

Objetivo 5: Acolher e acompanhar famílias e seus membros em situação de risco social e violação de direitos

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

Metas:

- Garantir o direito protetivo de adultos, adolescentes e idosos;
- Acolher crianças em situação de risco;
- Desenvolver ações preventivas.

Ações

- ✓ Manter o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS);
- ✓ Manter o Abrigo dos Caetés;
- ✓ Manter o Centro POP.

Objetivo 6: Diagnosticar áreas com alto índice de vulnerabilidade social para posterior intervenção.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

Metas:

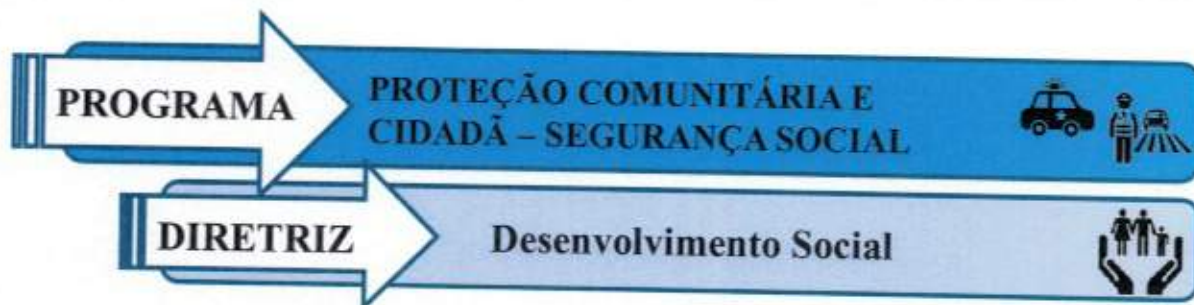
- Informar os dados estatísticos;
- Alimentar sistemas;
- Promover a cidadania;



- Promover articulações entre a rede de assistência;
- Mobilizar a sociedade contra o trabalho infantil;
- Orientar as famílias beneficiadas por meio da oferta de ações sócio-educativas.

Ações

- Promover Vigilância Socioassistencial;
- Manter o Programa de Erradicação Do Trabalho Infantil (AEPETI).



Objetivo 1: Realizar monitoramento para identificação das áreas de risco para atuação.

🔧 **Órgão Responsável:** Guarda Civil Municipal, DEMUTRAN e Defesa Civil.

🔧 **Metas:**

- Realizar anualmente pesquisas de opinião e levantamentos estatísticos sobre a violência e a criminalidade na Região Bragantina, totalizando 04 até dezembro de 2021.

🔧 **Ações:**

- ✓ Realizar evento para discutir a problemática da violência/criminalidade;
- ✓ Atualizar e disseminar o Plano Municipal de Segurança Comunitária e Cidadã (mídia: TV, rádio e site oficial).

Objetivo 2: Promover Educação e Formação na Área de Defesa Social.

🔧 **Órgão Responsável:** Guarda Civil Municipal, DEMUTRAN e Defesa Civil.

🔧 **Metas:**

- Promover ações educativas, visando atingir 50% do Distrito Sede até dezembro/2021 (Tema: criminalidade, desastres e incidência de acidentes no trânsito).

🔧 **Ações:**

- ✓ Apoiar e fortalecer o Projeto Guarda Jovem, da Guarda Civil Municipal (fardamento, alimentação, material de limpeza, material pedagógico, material esportivo e transporte);
- ✓ Elaborar material pedagógico para as escolas municipais do Polo Bragança e Ajuruteua, visando instruir e orientar quanto à prevenção à criminalidade nas escolas;
- ✓ Apoiar e fortalecer o Projeto “DEMUTRAN nas Escolas” (material pedagógico), ampliando o número de escolas municipais atendidas;
- ✓ Apoiar e ampliar as campanhas educativas para prevenção a acidentes de trânsito (material gráfico e pedagógico);
- ✓ Apoiar e fortalecer o Projeto “Defesa Civil nas Escolas” (material gráfico e pedagógico);
- ✓ Incentivar o voluntariado na Defesa Civil (Tiro de Guerra e Desbravadores).

Objetivo 3: Estruturar adequadamente as Instituições de Defesa Social.



Órgão Responsável: Guarda Civil Municipal, DEMUTRAN e Defesa Civil.

Metas:

- Aumentar em 50% a estrutura existente das instituições de Defesa Social, até dezembro de 2019.

Ações:

- ✓ Desvincular a Secretaria Municipal de Defesa Social da Secretaria Municipal de Administração;
- ✓ Atualizar a legislação da Guarda Civil Municipal e DEMUTRAN;
- ✓ Adquirir viatura apropriada para a Guarda Civil Municipal, levando em consideração suas particularidades;
- ✓ Adquirir viatura apropriada para o DEMUTRAN, levando em consideração suas particularidades;
- ✓ Adquirir viatura apropriada para a Defesa Civil, levando em consideração suas particularidades;
- ✓ Ampliar o atendimento das instituições de Defesa Social através do aumento do efetivo por intermédio de concurso público;
- ✓ Efetivar novas parcerias com instituições e órgãos estaduais e federais para aquisição de coletes balísticos, sinalizações verticais e horizontais para vias do município;
- ✓ Adquirir 02 computadores, 01 impressora e 02 ventiladores para a Guarda Civil Municipal;
- ✓ Adquirir 02 computadores, 01 impressora e 01 GPS para a Defesa Civil;
- ✓ Adquirir 01 central de rádio, 02 computadores e 01 impressora para o DEMUTRAN.

Objetivo 4: Promover Valorização Profissional.

Órgão Responsável: Guarda Civil Municipal, DEMUTRAN e Defesa Civil

Metas:

- Aumentar em 50% a valorização para os profissionais da Defesa Social até dezembro de 2021.

Ações:

- ✓ Criar Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para a Guarda Civil Municipal e DEMUTRAN;
- ✓ Criar Plano de Atenção à Saúde do Servidor;
- ✓ Criar Plano de Assistência Médica e Odontológica.



Objetivo 1 - Ampliar a noção de cultura enquanto direito social e democratizar o acesso à cultura.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Cultura e Desportos

Metas:

- Tornar, em 2 anos, a gestão municipal referência no estado, não só na realização de eventos mas também na promoção de uma política cultural em que se evidencie e promova o acesso ao direito cultural;
- Implementar a Política Municipal de Cultura;
- Concluir o Diagnóstico Cultural do município.

Ações:

- ✓ Publicar editais de pequenos formatos em diferentes linguagens artísticas;
- ✓ Assessorar produtores e realizadores de eventos locais, em editais regionais e nacionais;
- ✓ Formar agentes culturais da sociedade civil e da própria gestão;
- ✓ Realizar e apoiar eventos municipais;
- ✓ Atualizar cadastro e Plano de Trabalho junto ao SNC;
- ✓ Convocar e realizar a Conferência Municipal de Cultura;
- ✓ Apoiar novas instâncias como Fóruns e Seminários culturais no município;
- ✓ Estruturar a SECULD;
- ✓ Contratar Recursos Humanos;
- ✓ Adquirir Equipamentos;
- ✓ Elaborar diagnóstico cultural;
- ✓ Implementar o Conselho Municipal de Cultura;
- ✓ Implantar o Fundo Municipal de Cultura.

Objetivo 3: Fomentar, difundir e fruir a produção cultural.



 Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Cultura e Desportos

 Metas:

- Realizar duas vezes por ano, encontros que discutam a cadeia produtiva da cultura na sede do município e em comunidades rurais;
- Levar ações culturais a 6 comunidades periféricas e rurais;
- Divulgar a produção cultural do município em festivais, feiras e encontros fora de nossos limites administrativos.

 Ações:

- ✓ Promover projetos de fruição, circulação e fomento como CIRCCO, Cultura de Quinta, etc.;
- ✓ Apoiar realizações independentes como saraus, cortejos, festivais, etc.
- ✓ Realizar o Seminário Bragantino de Política Cultural.



**PROGRAMA****DESENVOLVIMENTO DA
PESCA E DA AQUICULTURA****DIRETRIZ****Desenvolvimento Econômico**

Objetivo 1: Estruturar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Economia e Pesca.

Metas:

- Criar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura – SEDEPA em substituição à Secretaria Municipal de Economia e Pesca – SEMEP;
- Criar o Fundo Municipal de Pesca e Aquicultura.

Ações:

- ✓ Cria e regulamentar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura (SEDEPA);
- ✓ Adquirir equipamentos operacionais e administrativos para a Secretaria;
- ✓ Viabilizar cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para o corpo técnico da Secretaria;
- ✓ Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura.

Objetivo 2: Fortalecer o desenvolvimento sustentável na cadeia produtiva da pesca e aquicultura na região bragantina.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Economia e Pesca

Metas:

- Implantar uma unidade de carga e descarga de pescado, abastecimento e manutenção de embarcações;
- Buscar modelo de gestão para o atracadouro público do município;
- Implantar um projeto de escavação de tanques;
- Estimular a adesão de 50% dos aquicultores cadastrados da Secretaria aos modelos de produção aquícola sustentável;
- Capacitar 400 agentes envolvidos no setor produtivo da pesca e aquicultura;
- Buscar o aperfeiçoamento tecnológico e adequação sanitária de 100% dos espaços de comercialização do pescado;



- Estimular a instalação de 01 estaleiro e carpintarias naval;
- Aderir a um Arranjo Produtivo Local.

Ações:

- ✓ Criar, captar recursos, estruturar e gerir o Atracadouro Público;
- ✓ Adquirir uma patrulha mecanizada (retroescavadeira + pá mecânica + caçamba basculante);
- ✓ Construir Módulos de Produção em Piscicultura escavada;
- ✓ Capacitar pescadores e aquicultores através de cursos de capacitação básica;
- ✓ Realizar assistência técnica aos produtores aquícolas;
- ✓ Gerir e estruturar a comercialização do pescado;
- ✓ Capacitar os proprietários através de cursos de capacitação em beneficiamento, conservação e estoque de pescado.

Objetivo 3: Desenvolver e executar um modelo estatístico de monitoramento pesqueiro e aquícola.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Economia e Pesca.

Metas:

- Implantar sistema de diagnóstico da pesca e aquicultura do município;
- Criar um banco de dados oficial para melhorar a gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município;
- Elaborar um boletim estatístico do setor pesqueiro e aquícola municipal;
- Realizar uma publicação anual do boletim estatístico do setor pesqueiro e aquícola municipal;
- Realizar um Zoneamento das atividades de Aquicultura no município de Bragança, bem como de sua produção.

Ações:

- ✓ Elaborar diagnóstico de embarcações e da produção pesqueira do município;
- ✓ Disseminar o resultado do diagnóstico de embarcações e da produção pesqueira do município;
- ✓ Zonar as atividades e produção de Aquicultura no município de Bragança.

Objetivo 4: Promover o fortalecimento da arrecadação tributária nos setores pesqueiro e aquícola.



🚦 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Economia e Pesca.

🚦 **Metas:**

- Gerar receita para o Fundo Municipal de Pesca e Aquicultura.

🚦 **Ações**

- ✓ Realizar audiências com os setores pesqueiro e aquícola municipais;
- ✓ Propor a elaboração da lei de taxas tributárias de desembarque, embarque, manutenção e abastecimento.

**PROGRAMA****BRAGANÇA E AS BELEZAS
DA AMAZÔNIA ATLÂNTICA****DIRETRIZ****Desenvolvimento Econômico**

Objetivo 1: Sensibilizar a população sobre os benefícios do Turismo para Bragança.

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), Secretaria Municipal de educação (SEMED) e Assessoria de Comunicação (ASCOM).

📌 **Metas:**

- Realizar duas ações de sensibilização anuais: uma para o público do Ensino Fundamental Menor com palestras nas escolas e outras 20 palestras em comunidades que são atrativos turísticos.

📌 **Ações:**

- ✓ Realizar campanha nas escolas - Projeto Amigo do Turista (criação de um mascote para levar para eventos sociais e populares, para chamar atenção da população para a atividade de Turismo);
- ✓ Realizar programa de rádio "Minuto do Turismo", falando das belezas do município e região;
- ✓ Realizar campanhas educativas sobre o lixo para manter a cidade limpa;
- ✓ Elaborar roteiros turísticos para serem disseminados entre a população bragantina;
- ✓ Realizar rodas de conversa em espaços públicos com professores e/ou historiadores para chamar atenção sobre a memória e história da cidade.

Objetivo 2: Formar profissionais capacitados

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Turismo / Casa do Empreendedor, com parceria do SENAR, SEBRAE, SENAC, IFPA e UFPA.

📌 **Metas:**

- Capacitar 300 pessoas por ano (entre estudantes, empresários e profissionais que já atuam na área de turismo e hospitalidade).

📌 **Ações:**

- ✓ Capacitar profissionais de bares, restaurantes, hotéis, pousadas e agências de turismo;



- ✓ Estabelecer parcerias com instituições de ensino para a criação de vagas para alunos da área de turismo e hospitalidade no mercado da cidade.

Objetivo 3: Criar Infraestrutura de Apoio ao Turismo.

✚ **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

✚ **Metas:**

- Inaugurar uma obra por ano que atenda diretamente ao Turismo.

✚ **Ações:**

- ✓ Melhorar a infraestrutura de apoio ao Turismo: pavimentação de vias, ordenamento de praças e ambientes de alimentação, Mercados municipais, Mirante de São Benedito, Sinalização Turística, etc.
- ✓ Instalar Posto de Informações Turísticas.

Objetivo 4: Divulgar o município de Bragança como roteiro turístico por meio de campanhas de marketing.

✚ **Órgão Responsável:** SETUR e ASCOM

✚ **Metas:**

- Promover o aumento do fluxo turístico no município em 70%, principalmente na baixa temporada, visto que a demanda hoteleira alcança em média 40% da sua ocupação nesse período.
- **Ações:**
 - ✓ Promover a cidade na mídia local e regional como atrativo de turistas.

Objetivo 5: Atrair investimentos privados para a área de Turismo.

✚ **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Turismo / Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral / Secretaria Municipal de Finanças.

✚ **Metas:**

- Atrair pelo menos 2 investidores por ano para investimento privado no Turismo, visando uma maior circulação de riqueza no município.

✚ **Ações:**

- ✓ Atrair parcerias para realizar eventos durante o período sazonal (atrair patrocinadores para os eventos de grande porte);



- ✓ Buscar investidores para aumentar a rede hoteleira.

Objetivo 6: Suprir a Secretaria Municipal de Turismo com instrumentos para o planejamento.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Turismo

Metas:

- Aperfeiçoar 3 instrumentos de planejamento para o turismo: o Inventário da Oferta Turística, a Pesquisa de Perfil do Turista e da Demanda Turística e o Plano Municipal de Turismo.

Ações:

- ✓ Atualizar a cada dois anos, os dados do Inventário da Oferta Turística;
- ✓ Realizar a edição do Inventário Turístico em CD Room e impressa;
- ✓ Criar uma plataforma on line do Inventário da Oferta Turística;
- ✓ Fazer parceria com instituições para realização das pesquisas de perfil de demanda;
- ✓ Publicar os resultados das pesquisas de demanda em site institucional e impresso;
- ✓ Realizar pesquisa de perfil de demanda turística nos meses de alta temporada (fevereiro, julho e dezembro) e de baixa temporada (maio);
- ✓ Realizar um seminário de atualização do Plano Municipal de Turismo.

Objetivo 7: Estruturação da Secretaria Municipal de Turismo.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Turismo

Metas:

- Dar melhores condições de trabalho (infraestrutura) aos servidores da SETUR: compra de 3 computadores, implantação de um serviço eficiente de internet , etc.

Ações:

- ✓ Adquirir mobiliário, computadores e material de expediente.

Objetivo 8: Valorizar o Calendário de Eventos.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Turismo.

Metas:

- Planejar e organizar os eventos do Calendário Turístico de Bragança.

Ações:

- ✓ Organizar os eventos do Calendário.

**PROGRAMA****MÃO DO POVO QUE PRODUZ,
FONTE DE RENDA AOS BRAGANTINOS****DIRETRIZ****Desenvolvimento Econômico**

Objetivo 1: Fomentar o setor agropecuário proporcionando ao agricultor o desenvolvimento da produção agrícola, visando maior rentabilidade e qualidade de vida.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Agricultura.

Metas:

- Ampliar em 50% o atendimento na mecanização agrícola;
- Aumentar em 100% o número de técnicos da SEMAGRI;
- Aumentar para 50% o CAR (Cadastro Ambiental Rural) do município.

Ações:

- ✓ Fomentar o acesso do agricultor a financiamentos para a produção junto às agências bancárias, a fim de liberar as linhas de crédito (PRONAF, FNO), proporcionando maior geração de renda;
- ✓ Sistematizar (destoca) área dos agricultores totalizando 250 hectares (anuais) nas zonas de produção, reduzindo a prática de corte e queima de áreas, contribuindo para a preservação ambiental;
- ✓ Adquirir e distribuir insumos (calcário e adubos NPK) a fim de melhorar a fertilidade do solo, visando otimizar o uso da terra e aumentar a produtividade;
- ✓ Efetivar mecanização agrícola (área mansa) totalizando 700 hectares nas zonas de produção, para implantação de cultivos de mandioca, feijão caupi, frutíferas e outros;
- ✓ Realizar manutenção preventiva e recuperação das máquinas com os implementos agrícolas já pertencentes à patrulha mecanizada, para os serviços de sistematização e mecanização agrícola;
- ✓ Capacitar agricultores, visando inseri-los no Programa de Aquisição de Alimentos (PNAE, PAA, CONAB), gerando mais opções de renda aos agricultores;
- ✓ Manter ou ampliar a participação dos agricultores familiares no fornecimento da merenda escolar do município;



- ✓ Adquirir e distribuir pintos de raça caipira para produção de carne e ovos, para atendimento de 400 famílias de agricultores familiares, objetivando melhorar o subsistema de quintal garantindo a segurança alimentar e renda às famílias;
- ✓ Efetivar parcerias com instituições de pesquisa, ensino e extensão, afim de realizar estudos e difundir técnicas de manejo e de recuperação e conservação do solo;
- ✓ Articular para a construção de unidades de processamento industrial de frutas (despolpamento);
- ✓ Reativar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS) como ferramenta de controle, visando a participação pela Sociedade Civil na construção, implementação e monitoramento das políticas públicas;
- ✓ Colaborar com estudos junto às Secretarias de Administração e Defesa Social, Finanças e de Planejamento Geral para reestruturação da Feira Municipal;
- ✓ Implantar casas de farinha comunitárias, semi mecanizadas, nas respectivas zonas de produção;
- ✓ Apoiar a implementação de modos de produção inovadores nas respectivas zona de produção;
- ✓ Apoiar a criação de pequenos e médios animais por meio de visitas técnicas nas propriedades produtoras, com orientações acerca de manejo adequado, incentivando também as campanhas de vacinação contra as principais enfermidades e outros.
- ✓ Trabalhar para a certificação de produtores oriundos da agricultura familiar (apoio ao grupo de trabalho GT do IG da farinha – SECULT, SEMAGRI, EMATER, COOMAC, ASSOCIAÇÕES, CASA DO EMPREENDEDOR e outros);
- ✓ Amplia o quadro de profissionais da SEMAGRI, sendo pelo menos 2 técnicos e 2 operadores de máquinas, para execução das demandas por zonas de produção (Emborai, Cacoal, Montenegro/Almoço e Campos/Bom Jesus);
- ✓ Criar banco de dados de informações sócio econômicas e ambientais, bem como da cadeia produtiva do município, a fim de estabelecer políticas publicas para o desenvolvimento da agricultura e melhorar a qualidade de vida dos agricultores;
- ✓ Adquirir máquinas agrícolas de 75 a 110 HP para composição da patrulha mecanizada, a fim de ampliar a área de beneficiamento e produção do município;
- ✓ Adquirir veículos para a realização de visitas técnicas e acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas pela SEMAGRI nas zonas de produção. (Emborai, Cacoal, Montenegro/Almoço e Campos/Bom Jesus);



- ✓ Auxiliar os agricultores no escoamento de sua produção, através de parcerias para o transporte de seus produtos agrícolas;
- ✓ Realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no município;
- ✓ Realizar o Festival do Agricultor (AGRIFEST), uma atividade que contempla o homem do campo e suas produções agropecuárias, bem como sua cultura e sua culinária em uma feira de exposição municipal;
- ✓ Implantar um viveiro municipal de mudas de essências florestais e frutíferas com capacidade para 60.000 mudas, para a instalação de unidades demonstrativas/didáticas objetivando atender 120 famílias/ano. Este projeto visa incentivar a cadeia produtiva do açaí em escala comercial, tendo o mesmo com carro chefe nos cultivos. A metodologia dos módulos produtivos será discutida com as famílias a serem cadastradas; e técnicos da SEMAGRI;
- ✓ Fomentar o crescimento da Pecuária, através do incentivo à criação de gado de corte, por meio de visitas técnicas nas propriedades produtoras (meta de 150 visitas anuais), com orientações acerca de manejo adequado, incentivando também as campanhas de vacinação contra as principais enfermidades e outros;
- ✓ Regulamentar em parceria com a Câmara Municipal de Bragança a Lei 3.951/2008 que cria o SIM VEGETAL (Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal), visando melhor qualidade dos produtos manufaturados como: licores, doces, frutas cristalizadas, bebidas destiladas e outros.

**PROGRAMA****DESENVOLVIMENTO DA
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS****DIRETRIZ****Desenvolvimento Econômico**

Objetivo 1: Contribuir com o desenvolvimento dos microempreendedores individuais efetivamente (população que vive ou tenta se manter social e economicamente do seu próprio negócio).

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social/Casa do Empreendedor

📌 **Metas:**

- Formalizar 240 microempreendedores individuais por ano;
- Capacitar 360 microempreendedores individuais por ano (realizar 24 cursos/capacitação por ano);
- Criar e implementar o Conselho da Mulher Empresária até o final de 2018.

📌 **Ações:**

- ✓ Capacitar microempreendedores;
- ✓ Atender microempreendedores individuais na Casa do Empreendedor (formalização, baixa e consultoria – inclusive o Alô Empreendedor);
- ✓ Instituir o Programa de Micro Crédito Municipal;
- ✓ Implantar a Casa do Empreendedor Itinerante;
- ✓ Estruturar a Casa do Empreendedor.

PROGRAMA**PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA****DIRETRIZ****Desenvolvimento Econômico**

Objetivo 1 – Executar obras de terraplanagem, drenagem e pavimentação asfáltica.

 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural.

 **Metas:**

- Executar 20 km/ano de terraplanagem;
- Executar 5 km/ano de drenagem superficial ou profunda;
- Executa 10 km/ano de asfaltamento de vias;
- Implantar microssistemas de abastecimento de água.

 **Ações:**

- ✓ Executar terraplanagem em vias públicas;
- ✓ Executar obras de drenagem urbana e fazer a manutenção desse serviço;
- ✓ Executar pavimentação, canalização, meio-fio, calçamento e a operação tapa-buracos;
- ✓ Executar projetos e a construção de microssistemas de abastecimento de água.

Objetivo 2: Fiscalizar obras de outras Secretarias e particulares.

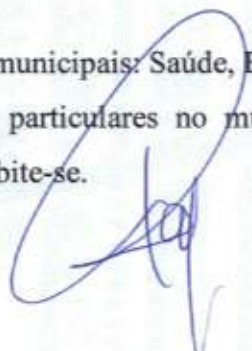
• **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural.

• **Metas:**

- Fiscalizar periodicamente obras municipais com o intuito de acompanhar o serviço que está sendo realizado pelo contratado;
- Intensificar a fiscalização de obras no município de Bragança para que a cidade cresça de forma ordenada e respeitando as leis municipais de construção.

 **Ações:**

- ✓ Fiscalizar obras municipais: Saúde, Educação e demais Secretarias;
- ✓ Fiscalizar obras particulares no município de Bragança, para liberação de Alvará de Construção e Habite-se.





Objetivo 3: Manter e ampliar o serviço de iluminação pública.

- **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural.

- **Metas:**

- Ampliar 300/ano postes de Iluminação Pública.

- **Ações:**

- ✓ Iluminar avenidas, ruas, praças, abrigos de transportes coletivos, passarelas, entre outras áreas públicas de livre acesso.

Objetivo 4: Manter as atuais e adquirir novas máquinas e equipamentos.

- **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural.

- **Metas:**

- Adquirir máquinas pesadas.

- **Ações:**

- ✓ Executar determinados serviços com máquinas pesadas.

Objetivo 5: Ampliar a coleta de resíduos sólidos.

- **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural

- **Metas:**

- Realizar a coleta de 2.400 ton/ano de lixo doméstico;
 - Executar projeto de coleta seletiva.

- **Ações:**

- ✓ Coletar o lixo doméstico (deverá ser realizada de forma contínua, garantindo o bem estar da população).

**Objetivo 1: Promover a Estruturação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

📌 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente / Secretaria Executiva de Gabinete / Secretaria Municipal de Finanças / Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social.

📌 **Metas:**

- Promover adequações necessárias quanto ao local de funcionamento, bem como aquisição de bens visando o fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, para garantir uma maior eficiência nos serviços a serem prestados à população bragantina, durante o período de 2018 a 2021.

📌 **Ações:**

- ✓ Viabilizar a construção de um espaço amplo para funcionamento da parte administrativa da Secretaria, com área aberta para a realização das atividades de produção de mudas para plantio nos logradouros públicos e escolas do município, bem como para a realização de doação das mesmas à população;
- ✓ Adquirir equipamentos e materiais;
- ✓ Adquirir veículos para deslocamento das equipes de fiscalização, licenciamento, monitoramento, fiscalização, podagem e educação ambiental;
- ✓ Dotar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente com infraestrutura para o atendimento ao público;
- ✓ Capacitar servidores e colaboradores;
- ✓ Criar a Guarda Municipal Ambiental;
- ✓ Criar a Equipe de Agentes de Fiscalização Ambiental, através da realização de Processo Seletivo Simplificado Interno;
- ✓ Realizar a Semana do Meio Ambiente;
- ✓ Realizar reuniões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e incentivar a participação ativa dos membros do Colegiado;
- ✓ Manter os Termos de Parceria com o IFPA e a UFPA para recebimento de alunos para realização de Estágios;



- ✓ Fomentar parcerias técnicas e financeiras com organismos governamentais e não governamentais;
- ✓ Dar continuidade ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- ✓ Criar e promover a criação de Grupos Técnicos.

Objetivo 2: Promover a Gestão da Arborização do Município.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente / Secretaria Municipal de Infraestrutura / Secretaria Municipal de Finanças / Secretaria Executiva de Gabinete / Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social.

Metas:

- Gerenciar a arborização existente no município, bem como promover sua melhoria no sentido de ordenar o plantio de mais 5.000 novas árvores.

Ações:

- ✓ Elaborar o Plano Municipal de Arborização;
- ✓ Articular junto à SINFRA para a realização de podas periódicas nas árvores localizadas nos logradouros públicos, visando manter a beleza paisagística bem como evitar contato das árvores com fiações elétricas, causando perigo aos transeuntes;
- ✓ Dar continuidade ao diagnóstico das unidades vegetais de porte arbóreo nas vias públicas urbanas e rurais;
- ✓ Manter o Viveiro de Mudas e a Sementeira, em conjunto com a Sala Verde Caeteuara;
- ✓ Fomentar o plantio de árvores em vias públicas das áreas urbana e rural, e nas praças;
- ✓ Mobilizar e sensibilizar a população para a manutenção das árvores em vias públicas e nas praças;
- ✓ Realizar treinamento e capacitação para a realização de poda e/ou erradicação de árvores;
- ✓ Promover o Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas, devidamente autorizadas pela SEMMA para desempenhar as atividades de poda e/ou erradicação;
- ✓ Realizar treinamento e capacitação visando o Diagnóstico Preliminar de Doenças e Pragas nas espécies arbóreas.

**Objetivo 3: Promover o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Gerados no Município.**

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente / Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural.

- Gerenciar a coleta bem como a destinação adequada dos resíduos sólidos gerados no município para que tenhamos um espaço mais limpo e livre de doenças provenientes do acúmulo de lixo em locais inapropriados.

Ações:

- ✓ Elabora e implantar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- ✓ Incentivar a Coleta Seletiva no município de Bragança em apoio à Secretaria de Infraestrutura Urbana e Rural e conscientização da população em geral. Inicialmente em órgãos do poder público municipal, posteriormente nos demais órgãos presentes no município e por fim nas residências;
- ✓ Implanta lixeiras e contêineres no município de Bragança, nos bairros, logradouros públicos, em especial em feiras e áreas de grande circulação comercial.

Objetivo 4: Promover e Fortalecer a Educação Ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Metas:

- Realizar atividades de educação ambiental nas escolas de rede básica de ensino do município, bem como nas comunidades do campo.

Ações:

- ✓ Adquirir materiais para uso em atividades de reciclagem e reutilização, bem como oficinas inerentes ao setor de educação ambiental;
- ✓ Disseminar informações sobre a Legislação Ambiental e o papel da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (reuniões ou palestras);
- ✓ Sensibilizar e mobilizar todo o Quadro de Pessoal das Creches e Escolas Municipais de Ensino Fundamental;
- ✓ Realizar palestras para os alunos e seus pais, tendo como base principal informações sobre o destino adequado dos resíduos sólidos;
- ✓ Fomentar a criação de espaços nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, para a recepção de resíduos destinados à Coleta Seletiva;
- ✓ Manter a Sala Verde Caeteuara como espaço de convivência para a Educação Ambiental.



Objetivo 5: Promover a Regularização Ambiental no Município de Bragança visando Torná-lo um Município Verde.

📌 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

📌 **Metas:**

- Dinamizar e promover o Cadastro Ambiental Rural atingindo no mínimo 50% das propriedades rurais;
- Incentivar e Promover a Regularização Ambiental dos Balneários e dos empreendimentos localizados na Praia de Ajuruteua;
- Proceder com a regularização junto ao licenciamento ambiental de todas as atividades econômicas do município;

📌 **Ações:**

- ✓ Firmar Termo de Parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS;
- ✓ Sensibilizar os Produtores Rurais para o Cadastro Ambiental Rural – CAR;
- ✓ Realizar processos de regularização ambiental das propriedades rurais orientadas com cenários ecologicamente sustentáveis (licenciamento e georreferenciamento);
- ✓ Realizar diagnóstico das situações ambiental e sanitária dos balneários e dos empreendimentos localizados na Praia de Ajuruteua;
- ✓ Criar o Certificado “Estabelecimento Trabalhando em Prol do Meio Ambiente” para os empreendimentos ambientalmente corretos, assim como banco de dados de todos aqueles passíveis de licenciamentos ambiental, bem como das atividades dispensadas do mesmo.

Objetivo 6: Promover o Uso Racional da Água.

📌 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**

📌 **Metas:**

- Realizar 48 atividades visando a conservação e uso sustentável dos recursos hídricos disponíveis no município.

📌 **Ações:**

- ✓ Realizar Diagnóstico Técnico da ocupação irregular e da qualidade da água da bacia hidrográfica do Rio Caeté e da micro bacia hidrográfica dos Rios Grande (Cereja), Chumucuí, Galego e dos demais;



- ✓ Criar Decreto Municipal sobre a ocupação ordenada na área que compõe a microbacia hidrográfica do Rio Grande (Cereja);
- ✓ Elaboração do Plano Municipal de Uso Racional da Água.

Objetivo 7: Promover a criação e recuperação de Unidades de Conservação e a recuperação de APP's.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Metas:

- Realizar o plantio de 5.000 árvores, levantar informações, criar planos de manejo e leis que visem a manutenção e conservação de Unidades de Conservação (UC's);
- Realizar 48 atividades que venham recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APP's).

Ações:

- ✓ Levantar informações sociais e econômicas dos moradores da Ilha de Canelas;
- ✓ Levantar informações ambientais da Ilha de Canelas e outras possíveis áreas para se transformarem em UC's por meio de Lei;
- ✓ Levantar informações com o objetivo de criar as UC's "Mata do Lobão", "Estação Ecológica do Royal", o "Parque São Benedito (Camutá)" e o Jardim Botânico;
- ✓ Elaborar Plano de Manejo e de Uso Sustentável para as UC's criadas;
- ✓ Realizar plantio de mudas de espécies nativas da região em UC's;
- ✓ Levantar informações sobre a situação atual das APP's do município no meio urbano e rural;
- ✓ Realizar plantio de mudas de espécies nativas da região em áreas de APP's e demais áreas do meio urbano do município.

Objetivo 8: Construir Centro de Reabilitação para animais em geral: apreendidos/recebidos através de denúncias e entrega voluntária.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente / Secretaria Municipal de Saúde / Secretaria Executiva de Gabinete / Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social.

Metas:

- Realizar atividades que venham a recuperar animais em geral com sintomas de maus tratos e outros;



- Realizar atividades de curativos e pequenas cirurgias em animais com situação de vulnerabilidade.

Ações:

- ✓ Construir um espaço amplo para funcionamento de um centro de reabilitação e viveiros para tratamento de animais e aves que estejam em situação de risco, para serem, posteriormente, soltos na natureza com segurança;
- ✓ Adquirir equipamentos e materiais para uso nas atividades administrativas, inerentes aos setores de protocolo, fiscalização, monitoramento educação ambiental e aquisição de materiais cirúrgicos;
- ✓ Contratar médico veterinário.

Objetivo 9: Promover a fiscalização nas áreas de proteção permanente com o intuito de visar a recuperação, revitalização e conservação da biodiversidade nessas áreas.

Órgão Responsável: SEMMA/Defesa Civil

Metas:

- Garantir fiscalização nas áreas de APP nas proximidades do Rio Grande (Cereja), com o intuito de diminuir as áreas de ocupação desordenada urbana no município e preservando a mata ciliar;
- Promover fiscalização das áreas de preservação permanente, quando situadas no perímetro urbano para mitigar os impactos socioambientais.

Ações:

- ✓ Verificar e fiscalizar a área mensalmente, com foto-imagens, placas de identificação e cercas;
- ✓ Realizar inventário das espécies que encontram-se nesses locais, para saber a quantidade exata;
- ✓ Elaborar plano de reflorestamento para áreas de APP degradadas;
- ✓ Trabalhar com a comunidade a importância e a preservação das áreas de APP.

**PROGRAMA****GESTÃO INTEGRADA
MUNICIPAL****DIRETRIZ****Desenvolvimento Institucional****Objetivo 1: Garantir eficiência nas compras governamentais.****Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Administração****Metas:**

- Ter 100% de acompanhamento das necessidades de materiais de uso de cada Secretaria Municipal, a fim de evitar desperdícios e buscar melhor aplicação dos recursos públicos.

**Ações:**

- ✓ Realizar levantamento das demandas de materiais de cada Secretaria: semestral e anual;
- ✓ Revisar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa para facilitar as compras locais;
- ✓ Viabilizar cadastro de fornecedores com especificidade de produtos e valores;
- ✓ Elaborar com eficiência e agilidade os processos licitatórios;
- ✓ Controlar os gastos e desperdícios no serviço público.

Objetivo 2: Promover a modernização da tecnologia de informação no município.**Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social.****Metas:**

- Informatizar 100% dos Setores/Departamentos, integrando-os para melhor comunicação interna e com o público em geral.

**Ações:**

- ✓ Promover com exatidão o Programa de Gerenciamento de Energia (UGEM), que consiste em gerenciar e otimizar todos os segmentos que utilizam a energia elétrica, identificar e definir estratégias para eliminar o desperdício de energia elétrica, isto é, redução de custos;
- ✓ Implementar o Portal da Transparência em sua totalidade, em atendimento à Lei Complementar Federal nº 131/2009 (Lei da Transparência) e à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- ✓ Otimizar os serviços de atendimento ao cidadão através de ouvidoria via telefone e online (ouvidorias.gov.br),



- ✓ Criar o Diário Oficial Eletrônico para publicação de atos administrativos do Município, através da Federação das Associações de Municípios do Pará - FAMEP;
- ✓ Implantar o Sistema Integrado de Protocolo e Controle de Processos, permitindo um melhor acompanhamento dos processos através de Web e Totens de autoatendimento;
- ✓ Adquirir equipamentos profissionais de informática tais como: computadores e impressoras modernas;
- ✓ Implantar Intranet na PMB – Ferramenta de Colaboração, Integração e Gestão;
- ✓ Implantar Ponto Biométrico nos prédios administrativos;
- ✓ Modernizar o E-SIC – Sistema de Informação ao Cidadão.

Objetivo 3: Assegurar a valorização do Servidor.

 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social.**

 Metas:

- Alcançar 100% de qualificação profissional dos servidores públicos municipais para o exercício de suas atividades laborais.

 Ações:

- ✓ Realizar Programação para os servidores públicos em datas comemorativas;
- ✓ Promover cursos de qualificação profissional para os servidores, através de parcerias com a EGPA (Escola de Governança do Estado do Pará);
- ✓ Atualizar o PCCR (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração);
- ✓ Criar o Plano de Atenção à Saúde do Servidor.

Objetivo 4: Promover uma administração democrática e de valorização ao cidadão bragantino.

 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social.**

 Metas:

- Fazer uma gestão administrativa justa, transparente, participativa e democrática, que proporcione ao cidadão bragantino um acompanhamento do uso dos recursos públicos do município e controle social das ações governamentais, através de Portal Cidadão, no qual poderão ser registradas sugestões, ideias, indicações, etc.

 Ações:

- ✓ Realizar Concurso Público Municipal;
- ✓ Implantar Sistema Integrado de Consulta de Legislações e Atos Administrativos *online*;



- ✓ Reativar a Comissão de PAD (Processo Administrativo Disciplinar).

Objetivo 5: Gerir com eficiência o Planejamento Municipal.

 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral**

 Metas:

- Realizar o monitoramento de 13 planos municipais;
- Atualizar e aperfeiçoar 10 leis municipais;
- Implementar um Sistema de Informação do Município;
- Implementar 9 projetos estratégicos.

 Ações:

- ✓ Monitorar o Plano Plurianual 2018 – 2021;
- ✓ Coordenar a Atualização do Plano Diretor;
- ✓ Revisar o Plano de Mobilidade;
- ✓ Coordenar a revisão do Plano Municipal de Saneamento;
- ✓ Coordenar a revisão do Plano Municipal de Transportes;
- ✓ Coordenar a revisão do Plano Local de Habitação;
- ✓ Coordenar a revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos;
- ✓ Coordenar a elaboração do Plano de Regularização Fundiária;
- ✓ Apoio à elaboração do Plano Diretor de Informática;
- ✓ Apoio à elaboração do Plano de Segurança;
- ✓ Coordenar a revisão do Plano de Eficiência Energética;
- ✓ Coordenar a revisão do Plano de Desenvolvimento Rural;
- ✓ Coordenar a elaboração do Plano Plurianual 2022-2025;
- ✓ Apoiar a elaboração e revisão de Leis;
- ✓ Coordenar as convocações das reuniões do Conselho Municipal da Cidade;
- ✓ Realizar oficinas e cursos de capacitação para técnicos da administração municipal;
- ✓ Apoiar a implantação dos instrumentos da Lei da Transparência;
- ✓ Realizar seminários temáticos para atualização dos técnicos da gestão municipal (com palestrante externo);
- ✓ Realizar a Conferência das Cidades 2018 e 2020;
- ✓ Contratar Consultoria para implantação do Sistema Integrado de Informações Municipais;
- ✓ Implementar o Conselho Municipal de Habitação;
- ✓ Implantar o Programa Amigos de Bragança;



- ✓ Valorizar a Feira Livre e os Mercados Municipais;
- ✓ Executar o Projeto Orla de Bragança;
- ✓ Executar Projeto de Identificação do Território;
- ✓ Executar o Projeto de Recuperação do Rio Grande (Cereja);
- ✓ Elaborar e Executar o Projeto de Revitalização do Centro Histórico;
- ✓ Elaborar e Executar o Projeto Endereço da Cidade;
- ✓ Auxiliar no Projeto de Reforma Administrativa;
- ✓ Implantar o Projeto do Distrito Industrial.

Objetivo 6: Captar recursos para o desenvolvimento do município.

 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral**

 Metas:

- Captar cerca de R\$ 60.000.000,00 em convênios com recursos federais, estaduais e privados.

 Ações

- ✓ Manter a documentação completa dos projetos conforme as demandas dos Sistemas;
- ✓ Articular com os demais órgãos do município e esferas de Governo para manter o município com capacidade para assinar convênios;
- ✓ Implementar banco de projetos para inserção nos sistemas e para encaminhamento às articulações políticas e segmentos privados;
- ✓ Articular interna e externamente com outras Secretarias, com definição de necessidades, orçamentos e estratégias;
- ✓ Cadastrar, ajustar e monitorar os projetos nos Sistemas, atentando para documentação, valores, vigências, pendências e conclusão de metas e etapas, com articulação interna e externa.

Objetivo 7: Ampliar a arrecadação no município de Bragança buscando uma maior disponibilidade de recursos para a promoção de políticas públicas.

 **Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Finanças**

 Metas:

- Aumentar a arrecadação do município de Bragança.

 Ações:

- ✓ Atualizar o Código Tributário Municipal;



- ✓ Implantar os instrumentos tributários previstos no Plano Diretor;
- ✓ Acompanhar a evolução da arrecadação municipal (fiscalização e controle);
- ✓ Implantar/Fortalecer o Programa de Educação Fiscal no município;
- ✓ Estruturar a Secretaria de Finanças.

Objetivo 8: Assegurar recursos humanos e materiais ao desempenho das ações públicas do Gabinete Executivo do Prefeito e órgãos vinculados.

 **Órgão Responsável: Secretaria Executiva de Gabinete**

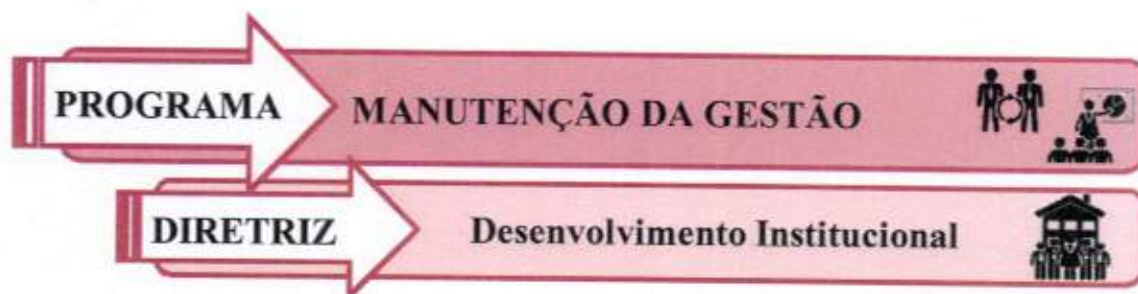
 **Metas:**

- Atender com celeridade 100% dos pleitos do Prefeito.

 **Ações:**

- ✓ Manter o Gabinete do Prefeito;
- ✓ Manter os encargos com a Assessoria de Comunicação;
- ✓ Manter os encargos com a Procuradoria Jurídica;
- ✓ Disseminar os Programas, Projetos e Ações do Governo Municipal junto à sociedade bragantina, visando transparência na gestão municipal.



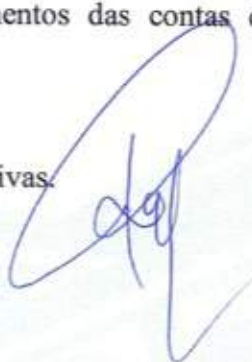


Objetivo 1: Garantir o funcionamento administrativo dos órgãos municipais do Poder Executivo

 **Órgão Responsável:** Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social / Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral / Secretaria Municipal de Finanças.

 **Ações:**

- ✓ Garantir a seguridade do fechamento da Folha de Pagamento dos servidores em tempo hábil;
- ✓ Recadastrar anualmente todos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas;
- ✓ Realizar acompanhamento mensal de evolução da Folha de Pagamento, fornecendo informações à gestão para controle de gastos com pessoal;
- ✓ Manter os encargos com os pagamentos das contas de água, energia, internet e telefone;
- ✓ Adquirir combustível;
- ✓ Operacionalizar as Ações Administrativas.



**PROGRAMA****EFICIÊNCIA NA GESTÃO E SERVIÇOS
DO PODER LEGISLATIVO****DIRETRIZ****Desenvolvimento Institucional**

Objetivo1: Coordenar os trabalhos legislativos do município, assegurando legalidade e legitimidade dos atos do Legislativo e do Executivo, legislando em prol da comunidade.

Órgão Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Ações:

- ✓ Manter a sede do Poder Legislativo;
- ✓ Capacitar e qualificar o quadro funcional da Câmara Municipal;
- ✓ Votar os Projetos de Lei;
- ✓ Realizar debates, audiências públicas, sessões especiais, plenárias e itinerantes em todo o município;
- ✓ Analisar e avaliar: projetos, planos, programas, orçamentos e outros do Executivo;
- ✓ Adquirir móveis, equipamentos e materiais de expediente;
- ✓ Manter os encargos com os pagamentos das contas de água, energia, internet e telefone;
- ✓ Operacionalizar as Ações Administrativas (Folha de Pagamento, Encargos Sociais, dentre outros)



ANEXO III - MATRIZ DE FINANCIAMENTO

Os valores das Receitas do município para o período do Plano Plurianual 2018-2021, foram estimados considerando o desempenho da receita arrecadada e transferida em 2014 e 2015, os cenários econômicos atuais, a perspectiva de crescimento da arrecadação própria e os valores projetados até 2019, na LDO do município.

Os parâmetros financeiros que nortearam a projeção dos valores das receitas orçamentárias foram os índices projetados pelo IBGE/IPCA-E e aplicados conforme sua origem e natureza.

Os recursos oriundos de transferências voluntárias, ou seja, os convênios indicam as perspectivas de captação junto aos Governos Federal e Estadual para atender às áreas prioritárias para o período do Plano.

A Tabela a seguir, demonstra a estimativa das Receitas do Município para o período do PPA-2018-2021.

Tabela - Matriz de Financiamento do PPA 2018-2021

	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente	134.853.369,07	147.079.888,55	160.317.078,52	174.745.615,59
Receita Tributária	6.948.737,11	7.574.123,44	8.255.794,55	8.998.816,06
Receita de Contribuições	907.685,83	989.377,55	1.078.421,53	1.175.479,47
Receita Patrimonial	903.282,73	984.578,17	1.073.190,21	1.169.777,32
Receita de Serviços	825.580,99	899.883,28	980.872,78	1.069.151,32
Transferências Correntes	123.674.008,66	134.894.385,69	147.034.880,40	160.268.019,64
Transferências de Convênios	5.633.932,18	6.140.986,08	6.693.674,83	7.296.105,56
Outras Receitas Correntes	1.594.073,77	1.737.540,41	1.893.919,05	2.064.371,76
Receitas de Capital	43.393.334,35	47.298.734,44	51.555.620,54	56.195.626,39
Receita Total	178.246.703,42	194.378.622,99	211.872.699,06	230.941.241,97

Elaboração e cálculo: SEFIN/ SEPLAN/ LDO 2017/ Demonstrativos das Metas e Riscos Fiscais

OBS: Receitas estimadas com base nas projeções de receitas apresentadas na LDO de 2017, para os anos de 2018 e 2019, considerando-se a mesma taxa de crescimento (9%) para os anos de 2020 e 2021.